Silves
câmaramunicipal

CONCESSÃO DE DIREITOS EXCLUSIVOS DE EXPLORAÇÃO DE MOBILIÁRIO URBANO, DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO PARA AFIXAÇÃO, INSCRIÇÃO E DIFUSÃO DE MENSAGENS PUBLICITÁRIAS

Concurso Público N.º 26/CP/SAPR/2020

CADERNO DE ENCARGOS

5 de abril de 2021

CADERNO DE ENCARGOS PARTE I - CLÁUSULAS JURÍDICAS 7
CAPÍTULO I 7
DISPOSIÇÕES GERAIS 7
Cláusula 1.ª 7
Objeto 7
Cláusula 2.ª 7
Princípios Gerais 7
Cláusula 3.ª 7
Normas Aplicáveis 7
Cláusula 4.ª 8
Remuneração Base da Concessão 8
Cláusula 5.ª 9
Contrato 9
CAPÍTULO II 10
OBJETO CONTRATUAL, DURAÇÃO DA CONCESSÃO E REGIME DE EXPLORAÇÃO 10
Cláusula 6.ª 10
Objeto e natureza da concessão 10
Cláusula 7.ª 11
Estabelecimento da concessão 11
Cláusula 8.ª 11
Responsabilidade pela aquisição e substituição de bens 11
Cláusula 9.ª 13
Bens Integrados na Concessão 13
Cláusula 10.ª 13
Delimitação física da concessão 13
Cláusula 11.ª 13
Regime de Exploração 13
Cláusula 12.ª 14
Regime de Risco 14
Cláusula 13.ª 14
Financiamento 14
Cláusula 14.ª 14
Prazo e termo da Concessão 14
CAPÍTULO III 14
CONCESSIONÁRIO 14
Cláusula 15.ª 14
Encargos do Concessionário 14
Cláusula 16.ª 15
Obrigações gerais do Concessionário 15
Cláusula 17.ª 17
Direitos do Concessionário 17
Cláusula 18.ª 17
Obrigação de informação do concessionário 17
CAPÍTULO IV 18

CONCEDENTE 18

Cláusula 19.ª 18
Obrigações do concedente 18
Cláusula 20.ª 18
Direitos do Concedente 18

CAPÍTULO V 19

UTILIZADORES 19

Cláusula 21.ª 19
Direitos dos utilizadores 19

CAPÍTULO VI 19

EXPLORAÇÃO E CONSERVAÇÃO DA CONCESSÃO 19

Cláusula 22.ª 19
Exclusividade 19
Cláusula 23.ª 19
Conteúdo da publicidade 19
Cláusula 24.ª 20
Informações preliminares sobre os locais de realização dos trabalhos 20
Cláusula 25.ª 20
Manutenção do estabelecimento da concessão 20
Cláusula 26.ª 22
Plano de Manutenção 22
Cláusula 27.ª 22
Instalação 22
Cláusula 28.ª 24
Limpeza, manutenção, conservação e beneficiação 24
Cláusula 29.ª 25
Substituição e remoção 25
Cláusula 30.ª 25
Espaços de difusão destinados ao Município 25
Cláusula 31.ª 26
Obtenção de Licenças e autorizações 26
Cláusula 32.ª 27
Poder de direção do concedente 27
Cláusula 33.ª 28
Autorizações do Concedente 28
Cláusula 34.ª 28
Acesso ao estabelecimento da concessão e aos documentos do concessionário 28
Cláusula 35.ª 29
Acompanhamento e Avaliação do Desempenho do Concessionário 29
Cláusula 36.ª 29
Fiscalização pelo Concedente 29
Cláusula 37.ª 30
Poder de Modificação Unilateral do Contrato 30
Cláusula 38.ª 30
Reclamações 30

CAPÍTULO VII 30

MODIFICAÇÕES SUBJECTIVAS 30

Cláusula 39.ª 30
Contratos, cedência, oneração e alienação 30
Cláusula 40.ª 31
Cessação da posição contratual 31
Cláusula 41.ª 31
Responsabilidade pela Subconcessão e Subcontratação 31

CAPÍTULO VIII 32

MODIFICAÇÕES REGIME ECONÓMICO – FINANCEIRO DA CONCESSÃO 32

Cláusula 42.ª 32
Remunerações do Concessionário 32
Cláusula 43.ª 32
Remuneração do concedente 32

CAPÍTULO IX 33

GARANTIAS DO CUMPRIMENTO CONTRATUAL 33

E SEGURO DA EXPLORAÇÃO 33

Cláusula 44.ª 33
Caução 33
Cláusula 45.ª 33
Eficácia da Caução 33
Cláusula 46.ª 34
Substituição da Caução 34
Cláusula 47.ª 34
Execução de Caução 34
Cláusula 48.ª 34
Liberação de Caução 34
Cláusula 49.ª 34
Cobertura por Seguros 34

CAPÍTULO X 35

RESPONSABILIDADE PERANTE TERCEIROS 35

Cláusula 50.ª 35
Responsabilidade pela Culpa e pelo Risco 35
Cláusula 51.ª 35
Responsabilidade por Prejuízos causados por Entidades Contratadas 35

CAPÍTULO XI 36

INCUMPRIMENTO CONTRATUAL 36

Cláusula 52.ª 36
Incumprimento por Facto Imputável ao Concessionário 36
Cláusula 53.ª 37
Sanções Contratuais 37
Cláusula 54.ª 39
Resolução Sancionatória 39
Cláusula 55.ª 41
Sequestro da Concessão 41

CAPÍTULO XII 43
OUTRAS CAUSAS DE CESSAÇÃO CONTRATUAL 43
Cláusula 56.ª 43
Resolução por Razões de Interesse Público 43
Cláusula 57.ª 43
Resgate da Concessão 43
Cláusula 58.ª 44
Casos de Força Maior 44
Cláusula 59.ª 44
Caducidade da Concessão 44
CAPÍTULO XIII 45
DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL 45
Cláusula 60.ª 45
Direitos de Propriedade Intelectual 45
CAPÍTULO XIV 45
RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS 45
Cláusula 61.ª 45
Foro Competente 45
Cláusula 62.ª 45
Informação e Sigilo 45
CAPÍTULO XV 46
DISPOSIÇÕES FINAIS 46
Cláusula 63.ª 46
Objetos de valor 46
Cláusula 64.ª 46
Patentes, licenças e outros custos 46
Cláusula 65.ª 46
Comunicações e Notificações 46
Cláusula 66.ª 47
Prazo Supletivo 47
Cláusula 67.ª 47
Contagem dos Prazos 47
Cláusula 68.ª 47
Gestor de Contrato 47
Cláusula 69.ª 48
Legislação Aplicável 48
PARTE II - CLÁUSULAS TÉCNICAS 49
CAPÍTULO I 49
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS GERAIS 49
Cláusula 1.ª 49
Objeto da Contratação 49
Cláusula 2.º 49
Conceitos e noções 49

CLÁUSULA 3.ª 52
DELIMITAÇÃO FÍSICA DA CONCESSÃO 52
CLÁUSULA 4.ª 52
EQUIPAMENTOS E BENS 52
CLÁUSULA 5.ª REQUISITOS TÉCNICOS E FUNCIONAIS DO MOBILIÁRIO URBANO 55
CLÁUSULA 6.ª MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE PEDONAL 56
CLÁUSULA 7.ª 57
PROJETO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO 57
CLÁUSULA 8.ª 58
PRAZOS 58
CLÁUSULA 9.ª 59
ÓNUS DE REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA PAISAGEM URBANA 59
CLÁUSULA 10.ª 60
CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO MOBILIÁRIO 60
CLÁUSULA11.ª 60
ABRIGOS DE PASSAGEIROS 60
CLÁUSULA 12.ª 61
CRITÉRIOS DE ADEQUAÇÃO FORMAL E FUNCIONAL DOS ABRIGOS DE PASSAGEIROS 61
CLÁUSULA 13.ª 61
CRITÉRIOS DE LOCALIZAÇÃO E INSTALAÇÃO 61
CLÁUSULA 14.ª 63
CRITÉRIOS DE ADEQUAÇÃO FORMAL, FUNCIONAL E DE CONTEÚDO 63
CLÁUSULA 15.ª 63
INSTALAÇÃO 63
CLÁUSULA 16.ª 66
LIMPEZA, MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E BENEFICIAÇÃO 66
CLAUSULA 17.ª 66
SUBSTITUIÇÃO E REMOÇÃO 66
CLÁUSULA 18.ª 67
ESPAÇOS DE DIFUSÃO DESTINADOS AO MUNICÍPIO 67
CLÁUSULA 19.ª 68
ACOMPANHAMENTO DO SERVIÇO 68
LISTA DE ANEXOS AO CADERNO DE ENCARGOS 68

ANEXO I 69

CÒDIGO DE EXPLORAÇÃO 69

ARTIGO 1.° 70
OBJETO 70
ARTIGO 2.° 70
PRAZOS DA CONCESSÃO 70
ARTIGO 3.° 70
OBRIGAÇÕES GERAIS DO CONCESSIONÁRIO 70
ARTIGO 4.° 72
DIREITOS DO CONCESSIONÁRIO 72
ARTIGO 5.° 73
OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE 73
ARTIGO 6.° 73
DIREITOS DO CONCEDENTE 73
ARTIGO 7.° 74
DIREITOS DOS UTILIZADORES 74

ARTIGO 8.º 74
PROJETO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO 74
ARTIGO 9.º 75
PRAZOS 75
ARTIGO 10.º 76
ÓNUS DE REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA PAISAGEM URBANA 76
ARTIGO 11.º 77
INSTALAÇÃO 77
ARTIGO 12.º 79
LIMPEZA, MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E BENEFICIAÇÃO 79
ARTIGO 13.º 80
SUBSTITUIÇÃO E REMOÇÃO 80
ARTIGO 14.º 81
SANÇÕES 81

ANEXO II 82

PLANTAS 82

CADERNO DE ENCARGOS
PARTE I - CLÁUSULAS JURÍDICAS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª
Objeto

1 - O presente concurso tem por objeto a atribuição da Concessão de direitos exclusivos de exploração de mobiliário urbano ou de ocupação do espaço público para afixação, inscrição ou difusão de mensagens publicitárias em conformidade com as especificações técnicas definidas no Caderno de Encargos e Código de Exploração, que constitui o Anexo I ao referido Caderno de Encargos.

2 - Constitui anexo ao presente Caderno de Encargos o ANEXO I Código de Exploração que contém os direitos e as obrigações das partes outorgantes do contrato de Concessão de direitos exclusivos de exploração de mobiliário urbano ou de ocupação do espaço público para afixação, inscrição ou difusão de mensagens publicitárias, incluindo ainda as normas de exploração que são estabelecidas para a atividade.

Cláusula 2.ª
Princípios Gerais

O presente concurso público rege-se pelos princípios da transparência, da igualdade, da imparcialidade, da concorrência e da publicidade.

Cláusula 3.ª
Normas Aplicáveis

1- Na concretização do objecto do presente concurso público e/ou contrato adjudicado, qualquer concorrente, concessionário deve respeitar as normas legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente:

a) O Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, com as posteriores alterações.

b) Lei n.º 34/2015, de 27 de Abril, Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional;

c) Lei n.º 107/2001, de 08 de Setembro, Lei de bases do património cultural;

d) Lei n.º 97/88, de 17 de Agosto, Afixação e inscrição de mensagens de publicidade e propaganda, com as alterações introduzidas pelo DL n.º 48/2011 de 1 de Abril.

e) Lei n.º 23/2000 de 23 de agosto, primeira alteração às Leis n.º 56/98, de 18 de Agosto (financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais), e 97/88, de 17 de Agosto (afixação e inscrição de mensagens de publicidade e propaganda);

f) Decreto- Lei n.º 48/2011 de 1 de Abril - Acesso e exercício no licenciamento zero, com as respectivas alterações;

g) DL n.º 2/2020, de 14/01 - Código da Estrada;

h) Decreto- Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto que estabelece as disposições gerais e comuns sobre a gestão dos bens imoveis dos domínios públicos do Estado, das Regiões Autónomas e das Autarquias locais, com as posteriores alterações.

i) O RMOEPPP (Regulamento Municipal de ocupação do espaço público publicidade e propaganda) do Município de Silves, com as alterações que possam vir a ser introduzidas.

j)) RJUE, Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual;

k) O Código da Publicidade;

l) O Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação do Município de Silves;

m) Outros regulamentos e legislação, aplicáveis em matéria de publicidade e acessibilidade e mobilidade pedonal, conforme legislação municipal e nacional especifica.

Cláusula 4.ª
Remuneração Base da Concessão

1. A compensação financeira anual a pagar pelo direito de atribuição da Concessão de direitos exclusivos de exploração de mobiliário urbano ou de ocupação do espaço público para afixação, inscrição ou difusão de mensagens publicitárias, tem um valor base mínimo de 21.500,00 €, ao qual acresce o IVA.

2. A remuneração anual que resultar da proposta adjudicada deverá ser paga anualmente até ao 30.º dia do mês correspondente ao contado da data da celebração do contrato.
3. A remuneração anual da concessão será atualizada anualmente de acordo com taxa de variação média anual do Índice de Preços no Consumidor (Portugal, exceto habitação) dos últimos 12 (doze) meses, tendo como referencia o mês da outorga do Contrato.
4. A remuneração a prestar pelo concessionário, no âmbito da concessão objeto do presente concurso, é única não havendo lugar à liquidação pelo Município de taxas de publicidade e/ou de ocupação do domínio público.
5. O não pagamento da compensação financeira anual a favor da entidade concedente, até ao final do respetivo prazo, obriga o concessionário ao pagamento dos juros de mora previstos na Lei.

Cláusula 5.ª
Contrato

1 - O presente concurso público concretiza-se com a adjudicação da concessão de direitos exclusivos de exploração de mobiliário urbano, de ocupação do espaço público para afixação, inscrição e difusão de mensagens publicitárias.

2 - Mediante a celebração do contrato referido no número anterior, o concedente compromete-se a:

a) Instalação do mobiliário urbano;
b) Manutenção e conservação do mobiliário urbano;
c) Limpeza do mobiliário urbano;
d) Exploração publicitária do mobiliário urbano;
e) Desinstalação do mobiliário urbano.

3 - Mediante a celebração do contrato referido no n.º 1, e após a adjudicação, durante o prazo de 15 anos, mediante o pagamento de uma compensação financeira anual.

4 - O contrato referido no n.º 1 é composto pelo respectivo clausulado contratual e seus anexos, integrando ainda os seguintes elementos:

a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;

b) Os esclarecimentos e as rectificações relativos ao Caderno de Encargos;

c) O presente Caderno de Encargos;

d) A proposta adjudicada; e,

e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo concessionário.

5 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

6 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 4 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos contratos Públicos e aceites pelo concessionário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo Código dos Contratos Públicos.

CAPÍTULO II

OBJETO CONTRATUAL, DURAÇÃO DA CONCESSÃO E REGIME DE EXPLORAÇÃO

Cláusula 6.ª
Objeto e natureza da concessão

1 - O contrato, a celebrar na sequência de procedimento de concurso público, tem por objeto principal a concessão de direitos exclusivos de exploração de mobiliário urbano, de ocupação do espaço público para afixação, inscrição e difusão de mensagens publicitárias de acordo com o presente Caderno de Encargos e Anexo I - Código de Exploração.

2 - Para efeitos do disposto no número anterior, consideram-se integrados no objeto da presente Concessão, a aquisição, instalação, reparação, alteração, substituição, deslocação e remoção, assim como a limpeza, manutenção, conservação e beneficiação de todo o mobiliário urbano, nos termos do presente Caderno de Encargos e respectivos Anexos.

3 - Sem prejuízo dos números anteriores, estão ainda afetos à Concessão:

a) O espaço de domínio público a ocupar pelo mobiliário urbano;

b) As obras de construção ou urbanização e mais-valias que venham a ser realizadas pelo concessionário.

4 - O Concedente e o Concessionário podem propor, a todo o tempo e com salvaguarda do reequilíbrio financeiro do contrato, alterações, reajustamentos e ampliação, até 10% no que se refere à instalação de abrigos de passageiros e suportes publicitários, ficando sempre sujeitos a autorização prévia do Concedente quando tais alterações, reajustamentos e ampliações sejam propostos pelo Concessionário.

5 - Enquanto vigorar, o contrato de Concessão confere ao Concessionário o direito exclusivo de uso privativo do espaço público concessionado, perante os utilizadores e o Concedente, de forma a assegurar os serviços da Concessão, conforme densificado na cláusula 22.ª- Exclusividade, do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 7.ª
Estabelecimento da concessão

1 - O estabelecimento da Concessão é composto pelo direito ao uso exclusivo do domínio público, nos termos do presente Caderno de Encargos e do Código de Exploração, em **Anexo I**, e pelos direitos e obrigações subjacentes à celebração do contrato.

2 - Para efeitos do disposto no ponto anterior consideram-se afetos à Concessão todos os bens a instalar pelo Concessionário, que sejam indispensáveis para o adequado desenvolvimento das atividades concedidas, independentemente do direito de propriedade pertencer ao Concessionário ou a terceiros.

3 - Estão, ainda, afetos à Concessão, designadamente:

a) O espaço de domínio público a ocupar pelo mobiliário urbano do Município de Silves;

b) As obras de construção ou urbanização e mais-valias que venham a ser realizadas;

c) Mobiliário urbano que venha a ser adquirido e benfeitorias realizadas e implementadas pelo Concessionário em cumprimento do contrato.

4 - O Concessionário elaborará e manterá permanentemente atualizado e à disposição do Concedente, ou de quem for por ele indicado, um inventário dos bens fornecidos e/ou instalados, bem como dos direitos que integram a Concessão, que mencionará, nomeadamente, os ónus e encargos que sobre eles recaiam.

5 - O Concessionário só pode alienar ou onerar bens afetos à Concessão mediante prévia autorização do Concedente, devendo ser salvaguardada a existência de bens funcionalmente aptos à prossecução daquelas atividades.

Cláusula 8.ª
Responsabilidade pela aquisição e substituição de bens

1 - O Concessionário deverá adquirir, instalar, substituir e/ou reparar todos os bens que se mostrem necessários e/ou convenientes à boa prossecução das atividades compreendidas no Contrato, assegurando-se que os serviços sejam prestados com o grau de qualidade que neste vier a ficar estabelecido.

2 - A aquisição dos bens deve ser previamente apresentada ao Concedente, acompanhada da sua finalidade/justificação e caracterização técnica/funcional, nos termos do artigo 7.º das Cláusulas Técnicas e artigo 9.º - Projecto de ocupação do Espaço Público do Código de Exploração - Anexo I, para aceitação; excetuam-se os bens a substitur, cuja aquisição não carece de prévia aceitação, mas deverão ter características técnicas e/ou funcionais iguais às dos bens que se destinam vir a substituir.

3 - Os bens, ou seus constituintes, que sejam considerados pelo Concessionário para substituir outros afetos à Concessão, deverão ser novos e/ou ter características técnico-funcionais iguais aos que se destinam a substituir.

4 - Todos os custos relativos aos bens que o Concessionário venha a adquirir, conceber ou utilizar, a qualquer título, no âmbito da execução e desenvolvimento das atividades incluídas na Concessão, serão por si totalmente suportados.

5 - Todos os bens que atinjam o seu fim de vida útil, calculado em função do seu prazo de amortização, para os bens duradouros, e de 1 (um) ano, aproximadamente para os bens de desgaste rápido, revelem diminuição de desempenho funcional ou necessitem de reparação/manutenção cujo custo seja desajustado relativamente ao custo em novo, deverão ser substituídos ou renovados, pelo Concessionário, a suas expensas, por outros para as mesmas funções, com características e/ou funcionalidades iguais ou superiores às dos substituídos, as quais deverão estar de acordo com os requisitos constantes no presente Caderno de Encargos e do Anexo - Código de Exploração e ser previamente aceites pelo Concedente.

6 - As condições de financiamento deverão ser comunicadas à Entidade adjudicante e aprovadas por esta sempre que o prazo global de financiamento da aquisição exceda o prazo da Concessão ou se, de alguma forma, resultem encargos ou obrigações para o Concedente no final do contrato, com origem nessas aquisições.

7 - Todos os bens ou materiais substituídos, qualquer que seja a sua razão ou causa, deverão ser tratados ou enviados pelo Concessionário, a expensas suas, para os locais/entidades adequados para o seu abate/reciclagem ou tratamento, como no caso de resíduos, em respeito pelas regras legais relativas a Ambiente e Segurança.

8 - No caso dos bens substituídos, se o Concessionário os pretender alienar, nomeadamente através de venda, terá que previamente obter autorização do Concedente que, deverá para tal, ser informado, por escrito, de todas as condições em que o Concessionário pretende realizar a alienação, bem como os fins a que se destinam ou em que serão utilizados.

9 - Os bens que forem objeto de substituição deverão deixar de fazer parte dos bens afetos a Concessão, sendo esta situação refletida no inventário de bens, referido nos n.º 4 da cláusula 7.ª e n.º 4 da cláusula 9.ª do presente

Caderno de Encargos.

10 - Sempre que o mobiliário urbano seja removido no local onde se encontra, o concessionário fica obrigado a repor a situação existente no local tal como se encontrava antes da instalação do mesmo.

Cláusula 9.ª
Bens Integrados na Concessão

1 - Na vigência do Contrato, todos os bens e direitos referidos nesta cláusula, estarão afetos à Concessão, independentemente da respetiva titularidade.

2 - Ficarão ainda afetos à Concessão, os bens a criar, construir, adquirir ou instalar pelo Concessionário, em cumprimento do Contrato, que sejam indispensáveis para a adequada execução ou desenvolvimento das atividades.

3 - Todos os melhoramentos, renovações e/ou reparações efetuados pelo Concessionário aos bens, e equipamentos ficam neles integrados.

4 - O Concessionário deverá manter atualizado um inventário de todos os bens afetos à Concessão, o qual deverá ser enviado anualmente ao Concedente, até ao final do mês de Janeiro de cada ano, devidamente certificado por auditor, sem prejuízo de serem realizadas auditorias, a todo o tempo, diretamente pela Concedente.

Cláusula 10.ª
Delimitação física da concessão

A presente Concessão do direito de ocupação de espaço público será desenvolvida dentro do perímetro do Concelho de Silves.

Cláusula 11.ª
Regime de Exploração

1 - O início da execução do contrato (exploração) será acordado entre o Concedente e o Concessionário

2 - O estabelecimento da Concessão é explorado de forma regular, contínua e eficiente, nos termos fixados no contrato de concessão, em conformidade com as disposições legais aplicáveis, e em regime de exclusividade no Município de Silves nos termos do Clausula 22.º - Exclusividade, do presente Caderno de Encargos.

3 - O Concessionário deve adotar, para efeitos do ponto anterior, os melhores padrões de qualidade, segurança e eficiência disponíveis, nos termos previstos no contrato de concessão e nas disposições legais aplicáveis a todo o momento.

Cláusula 12.ª
Regime de Risco

1 - O Concessionário assume expressa, integral e exclusivamente a responsabilidade pelo risco, incluindo os riscos económico-financeiros inerentes à concessão durante o prazo da sua duração, assumindo a significativa e efetiva transferência do risco.

2 - Em caso de dúvida sobre a limitação ou repartição do risco do Concessionário, considera-se que o risco corre integralmente por conta deste.

Cláusula 13.ª
Financiamento

O Concessionário é responsável pela obtenção dos financiamentos necessários ao desenvolvimento de todas as atividades que integram o objeto do contrato, de forma a garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações.

Cláusula 14.ª
Prazo e termo da Concessão

1 - A Concessão terá como prazo de duração 15 anos a contar do início de vigência do contrato.

2 - O período de vigência do contrato inicia-se no dia subsequente ao da assinatura do contrato, independentemente da data de início da exploração.

3 - O início da exploração deverá ocorrer em data a acordar entre o Concedente e o Concessionário.

CAPÍTULO III

CONCESSIONÁRIO

Cláusula 15.ª
Encargos do Concessionário

1. Todos os encargos decorrentes da presente concessão são da responsabilidade do Concessionário, nomeadamente:

a) A proposta e a apresentação de caução;

b) A execução de projetos, e respetivo licenciamento, e emissão de pareceres;

c) A aquisição e instalação, reparação, alteração, substituição, deslocação e remoção, assim como a limpeza, manutenção, conservação e beneficiação de todo o mobiliário urbano;

d) A iluminação dos suportes publicitários;

e) A reposição do pavimento e outras infraestruturas lesadas, em boas condições, sempre que proceder à instalação ou remoção do mobiliário urbano.

2. São ainda da responsabilidade do Concessionário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no decorrer do contrato, de marcas e/ou patentes registadas ou licenças.

3. Caso a entidade Concedente venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o Concessionário terá de a indemnizar de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar a que título for.

4. Correm integralmente por conta do Concessionário os encargos ou a responsabilidade civil decorrentes da incorporação em qualquer dos bens objecto do contrato, ou da utilização nesses mesmos bens, de elementos de construção, de hardware, de software ou de outros que respeitem a quaisquer patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial ou direitos de autor ou conexos.

Cláusula 16.ª
Obrigações gerais do Concessionário

1. Sem prejuízo das obrigações especialmente previstas na lei e no Caderno de Encargos, constituem obrigações do Concessionário, designadamente:

a) Desenvolver as atividades decorrentes da Concessão e assegurar a sua continuidade;

b) Efetuar a expensas suas, a aquisição, montagem e instalação, reparação, alteração, substituição, deslocação e remoção, assim como a limpeza, manutenção, conservação, beneficiação e melhoria de todo o mobiliário urbano objeto da Concessão, respeitando os termos constantes do presente Código de Exploração;

c) Cumprir, nos termos do presente, a requalificação e valorização da paisagem urbana do Município de Silves;

d) Manter os bens a criar, construir, adquirir ou instalar pelo Concessionário e o espaço de domínio público a ocupar e afetos à Concessão, em perfeito estado de funcionamento, apresentação, limpeza, salubridade e segurança;

e) Efetuar as intervenções que se mostrem necessárias dentro de prazo razoável fixado pelo Concedente;

f) Informar o Concedente de qualquer circunstância que possa condicionar o normal desenvolvimento das atividades concedidas;

g) Coordenar com o Operador de Transporte a colocação, nos abrigos, de informação relevante sobre o serviço de transporte público;

h) Prestar, prontamente, as informações complementares ou adicionais que lhe sejam solicitadas pelo Concedente ou por qualquer entidade por este nomeada, facultando-lhe ainda o livre acesso a todo os documentos relativos às instalações e atividades objeto da Concessão, estando ainda obrigado a prestar os esclarecimentos que lhe sejam solicitados sobre esses mesmos elementos;

i) Indemnizar, pelos danos que forem causados a terceiros, como consequência das operações, exceto quando o dano seja produzido por causas imputáveis ao Concedente;

j) Indemnizar, pelos danos que forem causados por falta de cuidado ou negligência nas vias, mobiliário urbano, sinais e instalações na via pública;

k) Pagamento de todas as remunerações devidas relativas ao pessoal e demais obrigações legais;

l) Pagamento da remuneração, dentro dos prazos estipulados, ao Concedente;

m) Qualquer variação do serviço a realizar deve ser prévia e expressamente autorizada pelo Concedente, nos termos previstos no Caderno de Encargos;

n) Assumir os impostos e demais obrigações fiscais;

o) Ter ao dispor dos utilizadores livros de reclamações;

p) Colaborar nos programas de economia energética e redução de impacte ambiental nos quais o Concedente participe;

q) Efetuar o controlo da qualidade do serviço objeto da Concessão;

r) Assegurar o licenciamento junto das entidades competentes, nos termos legais vigentes, da atividade objeto da presente Concessão ou de algum modo com ele relacionado, bem como, suportar os respetivos custos;

s) Cumprir com as demais obrigações constantes do Caderno de Encargos, seus Anexos, e respetivo contrato e as previstas na lei.

2. O Concessionário deve garantir o cumprimento das disposições legais ou contratuais em vigor no que se refere à qualidade dos serviços objeto da presente Concessão, designadamente as constantes do RMOEPPP (Regulamento Municipal de ocupação do espaço público publicidade e propaganda) do Município de Silves, com as alterações que possam vir a ser introduzidas.

3. Caso os equipamentos não correspondam às reais necessidades dos serviços, nomeadamente em consequência de novas exigências de qualidade, deverá o Concessionário garantir a sua beneficiação ou substituição, a fim de se manterem os níveis de qualidade dos serviços concessionados.

4. O Concessionário deve garantir a manutenção de contrato de seguro e todas as apólices obrigatórias por lei.

5. O Concessionário deve promover bianualmente um inquérito de satisfação dos utilizadores. O Concedente deve ser informado com antecedência da realização dos inquéritos, validá-los e acompanhar a sua execução se julgar conveniente.

6. Sempre que o concedente não possua meios de imediatos, o concessionário fica obrigado a colaborar com o primeiro para proceder à retirada coerciva dos suportes publicitários instalados ilegalmente no concelho de Silves, quer em terrenos particulares quer em terrenos públicos.

Cláusula 17.ª
Direitos do Concessionário

1 - Sem prejuízo dos direitos especialmente previstos na lei e no Caderno de Encargos constituem direitos do Concessionário, designadamente:

a) Explorar, em regime de exclusividade, a publicidade de natureza comercial em suportes publicitários isolados ou acoplados a abrigos de passageiros de transporte público rodoviário, no concelho de Silves, conforme o disposto do Caderno de Encargos.

b) Utilizar, nos termos da lei e do contrato, os bens de domínio público necessários ao desenvolvimento das atividades concedidas;

c) Propor todas as alterações que considerar adequadas para uma melhor exploração do serviço;

d) Obter o apoio do Concedente para o exercício dos direitos objeto da Concessão;

e) Arrecadar a receita proveniente dos contratos de exploração de publicidade comercial.

Cláusula 18.ª
Obrigação de informação do concessionário

Para além do disposto nas alíneas a) e b) do artigo 414.º do CCP, ao longo de todo o período de vigência do contrato de Concessão, o Concessionário obriga-se a apresentar, em formato digital, todos os documentos e relatórios referidos no presente Caderno de Encargos e no Anexo I - Código de Exploração.

CAPÍTULO IV

CONCEDENTE

Cláusula 19.ª
Obrigações do concedente

1- Sem prejuízo das obrigações especialmente previstas na lei e no Caderno de Encargos, constituem obrigações do Concedente, designadamente:

a) Decidir sobre as alterações propostas pelo(s) Concessionário(s), nomeadamente as que respeitem ao aumento das quantidades, até 10% de suportes publicitários, durante todo o prazo da Concessão;

b) Informar o(s) Concessionário(s) de todos os assuntos relevantes para a execução da Concessão.

Cláusula 20.ª
Direitos do Concedente

1 - Sem prejuízo dos direitos especialmente previstos na lei e no Caderno de Encargos, constituem direitos do Concedente, designadamente:

a) Ordenar as modificações do serviço que o interesse público aconselhe, nomeadamente a variação na quantidade dos abrigos, até 10% durante a todo o prazo de Concessão;

b) Fiscalizar a gestão do Concessionário, podendo para o efeito inspecionar o serviço, as suas obras, instalações, locais, sistema informático, documentação relacionada com o objeto da Concessão e proferir as ordens para manter ou restabelecer a devida prestação;

c) Fiscalizar a qualidade do serviço prestado, nomeadamente as condições de higiene e segurança, limpeza e manutenção do mobiliário urbano;

d) Assumir temporariamente a execução direta do serviço, nos casos em que o Concessionário não o prestar ou não o puder prestar por circunstâncias imputáveis ou não ao mesmo;

e) Impor ao Concessionário as correções pertinentes em razão das infrações que cometer;

f) Resgatar a Concessão;

g) Receber a remuneração, a entregar pelo(s) Concessionário(s) nos termos definidos no Caderno de Encargos e Código de Exploração Anexo I;

h) Aplicar ao Concessionário as sanções previstas na cláusula 55.ª do Caderno de Encargos, pelas infrações aí elencadas;

i) Quaisquer outros que resultem da lei e do Caderno de Encargos.

CAPÍTULO V
UTILIZADORES

Cláusula 21.ª
Direitos dos utilizadores

1-Sem prejuízo dos direitos especialmente previstos na lei e no Caderno de Encargos, constituem direitos dos utilizadores, designadamente:

a) A garantia do serviço de limpeza e manutenção dos abrigos;

b) A liberdade de reclamar dos atos ou omissões do Concessionário que possam prejudicar os seus direitos ou interesses legalmente protegidos;

c) Quaisquer outros que lhes sejam conferidos por lei e pelo contrato celebrado.

CAPÍTULO VI

EXPLORAÇÃO E CONSERVAÇÃO DA CONCESSÃO

Cláusula 22.ª
Exclusividade

1 - Enquanto vigorar, o contrato de Concessão confere ao Concessionário o direito exclusivo da ocupação do domínio público dos lugares concursados para a instalação e exploração de publicidade, perante o Concedente e terceiros, de forma a assegurar os serviços objeto da Concessão, na sua dimensão estritamente municipal, conforme o presente Caderno de Encargos e o **Anexo I** - Código de Exploração.

2 - Compromete-se o Concedente em dar primazia à ocupação do espaço público concursado em detrimento da ocupação do espaço privado para a instalação e exploração de publicidade comercial.

Cláusula 23.ª
Conteúdo da publicidade

O concessionário obriga-se ao cumprimento de todas as regras legais e regulamentos aplicáveis à exploração publicitária nas peças do mobiliário.

Cláusula 24.ª
Informações preliminares sobre os locais de realização dos trabalhos

1 - Independentemente da quantidade e da abrangência das informações fornecidas pelo concedente o concessionário deve obrigatoriamente inteirar-se das condições de realização dos trabalhos de colocação do mobiliário afeto à execução do contrato.

2 - O concedente não se responsabiliza por quaisquer danos que o concessionário possa a vir a sofrer e/ou quaisquer despesas em que este venha a incorrer por falta, ou pela inexatidão de informações relativas às condições e locais para a instalação do mobiliário urbano afetos à execução do contrato.

Cláusula 25.ª
Manutenção do estabelecimento da concessão

1 - O Concessionário obriga-se, durante a vigência do contrato de Concessão e a expensas suas, a manter o estabelecimento da Concessão em bom estado de conservação e perfeitas condições de utilização e de segurança, diligenciando para que a mesmo satisfaça plena e permanentemente o fim a que se destina.

2 - O Concessionário deve respeitar os padrões de qualidade, de segurança e de comodidade fixados no Plano de Manutenção, que integram a sua proposta apresentada.

3. O Concessionário obriga-se a realizar a todas as ações necessárias à manutenção dos bens e da exploração de publicidade, em perfeita conformidade com o disposto no presente Caderno de Encargos e Código de Exploração, **Anexo I**, e nas disposições legais e regulamentares em vigor.

4. O Concessionário deverá, nomeadamente:

a) Coordenar com o Operador de Transporte a colocação, nos abrigos, de informação relevante sobre o serviço de transporte público;
b) Elaborar o Plano de Manutenção;
c) Programar, planear, implementar e executar todas as atividades e trabalhos de manutenção:
   i. Nas vertentes preventiva e corretiva, incluindo reparação, conservação, substituição e/ou renovação de materiais de todos e quaisquer bens afetos à Concessão, em parte ou totalmente, nomeadamente de equipamentos ou partes destes, de partes de subsistemas, de aplicações informáticas ou sistemas operativos, ou de peças/materiais de substituição ou para reparação, que se mostrem necessárias e/ou adequadas para assegurar o sua plena funcionalidade e a manutenção das suas características e performances;

ii. Assegurar níveis de disponibilidade e segurança adequados para que todas as atividades incluídas na Concessão sejam efetuadas sem quebra de continuidade ou qualidade;

d) Efetuar:

i. A reparação de todas as deficiências e avarias, de modo a que não haja impacte e ou se minimizem as consequências para o exercício, em perfeitas condições, das atividades de Operação, tomando para tal todas as medidas da sua responsabilidade ou de articulação com Terceiros, necessárias para a concretização destas ações;

ii. Todos os atos de manutenção e melhoramento dos bens que estão afetos à Concessão, abrangendo todos os seus constituintes, nomeadamente e sem limitação, os que tenham por fim manter a sua plena funcionalidade, evitar a perda, destruição ou deterioração dos bens; devem considerar-se também incluídos os melhoramentos ou correções disponibilizados por fornecedores para equipamentos, ou seus constituintes, ou outros atos que, mesmo não sendo imediatamente indispensáveis para a manutenção dos bens ou equipamentos, lhes possam todavia aumentar o valor, melhorar a disponibilidade ou fiabilidade ou reduzir as intervenções corretivas ou preventivas;

e) Elaborar e/ou rever e/ou manter atualizados:

i. Registos fidedignos dos dados da manutenção, dos procedimentos e instruções inerentes à Manutenção, por forma a transmitir esses registos à Concedente ou a um terceiro por estar indicado;

ii. A documentação de manutenção, nomeadamente os planos, instruções e procedimentos necessários para a execução das atividades, atendendo às características e especificações técnicas de todos os bens;

iii. O cadastro e telas finais de todas as alterações, renovações, substituições ou intervenções realizadas em qualquer bem afeto à Concessão;

f) Fornecer ao Concedente, ou a quem esta indicar, periodicamente, as informações e dados detalhados de todo o tipo de manutenção (prevista e/ou realizada);

g) Cumprir as normas legais, contratuais, regulamentares e requisitos de certificação aplicáveis à instalação de todos os bens afetos e/ou integrados na Concessão, nomeadamente as relativas a vistorias, inspeções ou análises periódicas, bem como as referentes a questões ambientais, de resíduos e de segurança.

5. No caso de algumas atividades serem subcontratadas ou subconcessionadas devem as Entidades subcontratadas ou subconcessionadas cumprir os mesmos requisitos e condições que os do Concessionário, nos termos da cláusula 28.ª – Responsabilidade pela concessão contratual pelo concessionário do presente CE e artigos 316.º e ss do CCP, devendo isso ser evidenciados ao Concedente no processo de submissão para aceitação das referidas Entidades subcontratadas ou subconcessionadas,

cumprindo o presente Caderno de Encargos e o Código de Exploração, em Anexo I.

Cláusula 26.ª
Plano de Manutenção

O Plano de Manutenção deverá ser elaborado, atualizado, revisto e apresentado pelo Concessionário, semestralmente, à Concedente.

Cláusula 27.ª
Instalação

1. O Concessionário obriga-se a instalar o mobiliário urbano objeto deste contrato com as características e especificações previstas na sua proposta, bem como no Caderno de Encargos e seus Anexos.

2. O mobiliário urbano deve ser instalado em perfeitas condições de ser utilizado para os fins a que se destina.

3. A montagem inclui os trabalhos preparatórios, de aquisição, fixação e instalação do mobiliário, tudo nas condições e especificações indicadas no projeto de ocupação aprovado, incluindo todos os acessórios, materiais e trabalhos necessários à sua boa execução.

4. Na instalação prevêem-se os seguintes trabalhos:

a) Montagem de meios de acesso a todos os lugares necessários à execução dos trabalhos;

b) Escavação em terreno de qualquer natureza para execução da fundação de fixação dos elementos de suporte do mobiliário;

c) Colocação e fixação da estrutura na fundação através de betonagem, nos casos necessários;

d) Execução dos remates de pavimento reaproveitando as peças de pavimento removido para a execução dos trabalhos;

e) Reparação dos eventuais danos no espaço público causados durante a execução dos trabalhos;

f) Reposição dos pavimentos e acabamentos removidos pela fixação do mobiliário;

g) Limpeza e consolidação dos lugares a afixar o mobiliário.

5. No que respeita às técnicas construtivas a adotar, fica o Concessionário obrigado a seguir no que seja aplicável aos trabalhos a realizar, as normas portuguesas, as especificações e documentos de homologação de organismos oficiais e as instruções de fabricantes ou entidades detentoras de patentes.

6. O Concessionário deve garantir as condições de acessibilidade no espaço público e a integridade e continuidade da rede de percursos pedonais acessíveis, nos termos da legislação vigente aplicável, nomeadamente:

a) Zonas livres para acesso e permanência, zonas de manobra necessárias a mudanças de direção, assim como o alcance das pessoas, nomeadamente os com mobilidade condicionada, aos objetos e informação, com as dimensões que o satisfaça, e de forma segura e confortável;

b) Um canal de circulação contínuo e desimpedido de obstruções, com uma largura não inferior a 1,2 m, medida ao nível do pavimento e uma altura não inferior a 2,0 m nos espaços encerrados e 2,4 m em espaços não encerrados;

c) Assegurar a drenagem das águas pluviais, através de disposições técnicas e construtivas que garantam o rápido escoamento e a secagem dos pavimentos;

d) O pavimento deve ter uma superfície estável, durável, firme e contínua e apresentar uma inclinação regulamentar;

e) Proporcionar a legibilidade do espaço, através da adopção de elementos e texturas de pavimento que forneçam, nomeadamente às pessoas com deficiência da visão, a indicação dos percursos acessíveis;

f) Os comandos e controlos ou outros elementos similares devem estar situados de forma ao fácil alcance e utilização e de modo que exista uma zona livre para operação que satisfaça as condições das zonas de permanência;

g) Assegurar a legibilidade da sinalização, informação e orientação.

7. A localização e a colocação do mobiliário urbano devem respeitar, os seguintes critérios:

a) Zonas com condições de segurança para os utilizadores e cidadãos;

b) Zonas de fácil acesso, evitando-se, nomeadamente, becos, passagens estreitas, curvas e ruas de grande pendente, que originem constrangimentos e coloquem em perigo a segurança dos trabalhadores do Concessionário e Concedente e dos cidadãos;

c) Evitar a obstrução ou prejuízo da visibilidade de peões e condutores, nomeadamente através da colocação junto a passagens de peões, de ciclovias, áreas de operações de carga e descarga ou recolha e largada de passageiros, lugares de estacionamento, cruzamentos, saídas de garagem, acessos a prédios e a equipamentos de utilização pública (escolas, hospitais, quartéis e outros).

8. A instalação elétrica do mobiliário urbano, assim como de outras infraestruturas, não deverá ser visível do exterior, e deverá ser efetuada em

conformidade com a legislação e regulamentação em vigor, devendo dispor de interruptor diferencial de alta sensibilidade e corte omnipolar, proteção magneto-térmica, tomada de terra individual por placa e cablagem anti-humidade, através de um sistema estanque, acessível unicamente através de ferramenta própria.

9. As instalações elétricas devem obedecer ao exposto nas Regras Técnicas das Instalações Eléctricas de Baixa Tensão, Decreto-Lei n.º 226/2005 de 28 de Dezembro e Portaria n.º 949-A/2006 de 11 de Dezembro.

10. O fornecimento de energia eléctrica deve ser executado a partir da rede de distribuição de energia, sendo que para o efeito, o sistema deve ser dotado de infraestruturas que permitam a instalação de contadores de energia eléctrica, cujos encargos de energia ficarão a cargo do Concessionário, a exceção dos encargos do fornecimento nos abrigos de passageiros, que são do Concedente.

11. A instalação elétrica do mobiliário deve assegurar o não conflito com infraestruturas instaladas.

12. As instalações ficam sujeitas à verificação por parte do Concedente, com vista a verificar se os mesmos correspondem ao solicitado e se reúnem as características, especificações e requisitos definidos no Caderno de Encargos e na proposta concessionada/adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.

Cláusula 28.ª
Limpeza, manutenção, conservação e beneficiação

1. O(s) Concessionário(s) deve(m), durante todo o período contratual e respeitando os prazos previstos para o efeito na sua proposta:

a) Manter os elementos do mobiliário urbano a seu cargo, em perfeitas condições de segurança, operacionalidade, funcionamento, conservação, manutenção e limpeza e nas melhores condições de apresentação;

b) Assegurar a remoção de resíduos decorrentes da lavagem e manutenção do mobiliário, assim como o uso responsável dos recursos;

c) O(s) Concessionário(s) deve(m) proceder, com a periodicidade e prontidão adequadas e sempre que solicitado pelo Concedente, à realização de obras de conservação no mobiliário urbano, sendo necessária, caso ocorra alteração das condições estabelecidas, sujeita a autorização do Concedente;

d) Substituir, por motivos de degradação e de segurança, ou a pedido da entidade Concedente, os equipamentos que não sejam possíveis recuperar;

e) Relocalizar, por motivos de reordenamento do espaço público, a pedido da entidade Concedente, o equipamento que se afigure necessário.

2. Sem prejuízo do disposto no presente Caderno de Encargos, o Concessionário deve colaborar na preservação do ambiente e no asseio, limpeza, higiene, salubridade e manutenção dos espaços públicos ocupados e confinantes com o mobiliário urbano a seu cargo.

Cláusula 29.ª
Substituição e remoção

1. Incumbe ao Concessionário efetivar e suportar os custos inerentes a todas as substituições de mobiliário urbano instalado que se venham a mostrar necessárias, em resultado do envelhecimento, incidente, acidente ou vandalismo, de forma a colocar este em perfeito estado de funcionamento e apresentação, e no prazo razoável que for determinado pelo Concedente.

2. O mobiliário urbano a substituir deverá ser de modelo idêntico ao existente, apenas no caso do modelo se encontrar descontinuado se admite modelo distinto mas de qualidade similar ou superior, sujeito a aprovação do Concedente.

3. Incumbe, ainda, ao Concessionário efetivar e suportar os custos inerentes a todas as remoções de mobiliário urbano instalado, que se venham a mostrar desnecessários, na sequência da alteração de percurso de transportes públicos ou de intervenção em espaço público, em prazo razoável determinado pelo Concedente.

4. Sempre que o mobiliário urbano seja removido no local onde se encontra, o concessionário fica obrigado a repor a situação existente no local tal como se encontrava antes da instalação do mesmo.

Cláusula 30.ª
Espaços de difusão destinados ao Município

1. As mensagens relativas à atividade do Município ou apoiadas por este são afixadas ou inscritas e localizadas em suportes e locais exclusivos para o efeito.

2. Os suportes exclusivos, no âmbito da presente Concessão, abrangem os seguintes suportes:

a) MUPI - Algumas unidades destes suportes publicitários ficam reservadas para a difusão de mensagens relativas a actividade do Município ou apoiadas por este. As quantidades de unidades serão acordadas com o Concedente;

b) MUPI Digital Interativo / Painel eletrónico, da totalidade do tempo afeto a conteúdo publicitário a difundir em cada suporte, será

afeto a difusão e mensagens relativas à atividade do Município ou apoiadas por este, de forma intercalada, entre 50% do tempo/hora, nos termos que este entenda adequados e pelos quais será responsável.

3. Os locais exclusivos preferenciais, para a difusão de mensagens relativas a atividade do Município ou apoiadas por este detém prioridade e são locais privilegiados/chave ou estratégicos, sendo que:

a) MUPI, a localização destes é aferida aquando da aprovação dos projectos de ocupação.

b) MUPI Digitais Interativos, localização destes é aferida aquando da aprovação dos projetos de ocupação.

4. A entidade Concedente, relativamente a toda e qualquer informação municipal que afixe nos espaços para esse efeito reservados no mobiliário urbano, pode fazer *sponsor*.

5. Entende-se por *sponsor* a indicação de um ou vários patrocinadores, sem mensagem publicitária associada, quando a altura das letras e/ou dos objetos representados não ultrapasse, no seu todo, o equivalente a 15% da altura do respetivo dispositivo de suporte da mensagem publicitária.

6. O(s) Concessionário(s) fica(m) ainda obrigado(s) a assegurar a produção e colocação, anual, de 35 mapas informativos, com impressão a 5 cores e proteção UV, ou publicidade institucional, e ainda 35 impressões a 5 cores de campanhas institucionais até ao máximo de 5, conforme *layout* a fornecer pelo Concedente, e nas dimensões adequadas ao suporte publicitário MUPI.

Cláusula 31.ª
Obtenção de Licenças e autorizações

1 - Compete ao Concessionário requerer, obter e manter em vigor todas as licenças e autorizações necessárias ao exercício das atividades integradas ou de algum modo relacionadas com o objeto do contrato, observando todos os requisitos que a tal sejam necessários.

2 - O Concessionário deverá informar, de imediato, o Concedente no caso de qualquer das licenças a que se refere a número anterior lhe serem retiradas, caducarem, serem revogadas ou por qualquer motivo deixarem de operar os seus efeitos, indicando, desde logo, que medidas tomou ou irá tomar para repor tais licenças em vigor.

3 - A entidade Concedente não se responsabiliza por limitações, condicionamentos ou recusas de qualquer das licenças, comunicações e autorizações, aprovações, certificações e pareceres que se revelem necessários e sejam da competência de outras entidades, relativamente às atividades a desenvolver nos espaços concessionados.

4 - A execução das operações urbanísticas, conforme disposto no RJUE,

fica sujeita a parecer prévio não vinculativo da Câmara Municipal, que deve ser emitido no prazo de 20 dias a contar da data da receção do respetivo pedido, devendo este ser apresentado conforme o disposto no presente Caderno de Encargos e no Código de Exploração, em Anexo I.

5 - O disposto nesta cláusula, não isenta a observância das normas legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente dos Instrumentos de Gestão Territorial em vigor, de servidões ou restrições de utilidade pública, do regime jurídico de proteção do património cultural, dos regimes jurídicos aplicáveis ao exercício da atividade da construção e à gestão de resíduos de construção e demolição, das normas técnicas de construção, outras normas e demais legislação vigente aplicável.

Cláusula 32.ª
Poder de direção do concedente

1 - Sem prejuízo do disposto nos artigos 302.º a 305.º do CCP, o Concedente pode inspecionar em qualquer momento, a partir da data da assinatura do contrato, qualquer elemento afeto à Concessão, para verificar o cumprimento das obrigações que são impostas ao Concessionário.

2 - Igualmente, em qualquer momento, serão facilitados quantos documentos e dados forem necessários relacionados com o funcionamento dos serviços, designadamente recursos humanos, materiais, financeiros, contabilísticos e sociais.

3 - O Concedente poderá vigiar o cumprimento do Plano de Manutenção, bem como a exploração de forma continuada nos suportes publicitários, e qualquer outro elemento que puder implicar o incumprimento das bases do presente Caderno de Encargos e respectivos Anexos que rege esta Concessão.

4 - Tendo em vista os relatórios que forem emitidos pelos técnicos que o Concedente designar, derivados das inspeções realizadas, determinar-se-ão as correlações que forem consideradas convenientes respeitantes a organização e prestação do serviço, as quais serão obrigatoriamente cumpridas, mediante prévia audiência, pelo Concessionário de acordo com o disposto neste Caderno de Encargos e na legislação em vigor, independentemente da sanção e/ou expediente sancionatório a que der lugar.

5 - O poder de direção do Concedente compreende, ainda, as seguintes faculdades:

a) Sequestrar a Concessão;

b) Resgatar a Concessão;

c) Modificar o contrato por razões de interesse público devidamente fundamentadas;

d) Restabelecer o equilíbrio económico da Concessão a favor do interesse público;

e) Fiscalizar e controlar o cumprimento das obrigações do Concessionário, podendo para o efeito inspecionar as instalações, os locais, os serviços, assim como a documentação, relacionados com o objeto da Concessão;

f) Impor ao Concessionário as penalizações pertinentes por razão de incumprimento em que este incorra;

g) Impor, com caráter temporário as condições de utilização e exploração da Concessão que sejam necessárias para solucionar situações de interesse geral, entre outras as variações na qualidade, quantidade, tempo e lugar das prestações em que consiste a exploração;

h) Determinar a supressão total ou parcial das atividades e serviços que não obedeçam aos objetivos de gestão, definidos pelo Concedente, com a correspondente modificação dos pressupostos económicos e financeiros que regulam a Concessão;

i) Quaisquer outros direitos reconhecidos em legislação aplicável.

Cláusula 33.ª
Autorizações do Concedente

1 - Sem prejuízo de outras autorizações expressamente previstas no contrato de Concessão, carecem, ainda, de autorização prévia e expressa do Concedente a suspensão, a substituição, modificação, cancelamento ou a prática de qualquer ato que afete a eficácia dos seguintes documentos:

a) Garantias prestadas a favor do Concedente;

b) Garantias prestadas a favor do Concessionário;

c) Seguros de responsabilidade civil relativos a qualquer das atividades objeto do contrato.

2 - A autorização prevista no ponto anterior deve ser concedida no prazo de 20 dias, a contar do respetivo pedido.

3 - Todos os prazos de emissão, pelo Concedente, de autorizações ou aprovações previstas no contrato de Concessão contam-se a partir da submissão do respetivo pedido, desde que este se mostre instruído com toda a documentação que o deva acompanhar e suspendem-se com o pedido, pelo Concedente, de esclarecimentos ou documentos adicionais, e até que estes sejam prestados ou entregues.

Cláusula 34.ª
Acesso ao estabelecimento da concessão e aos documentos do concessionário

1 - O Concessionário deve facultar ao Concedente, ou a qualquer entidade por este nomeada, livre acesso a todo o estabelecimento da

Concessão, bem como aos documentos relativos às instalações e atividades objeto da Concessão, incluindo o sistema informático e os registos de gestão utilizados, estando ainda obrigado a prestar, sobre todos esses elementos, os esclarecimentos que lhe sejam solicitados.

2 - O Concessionário deve disponibilizar, gratuitamente, ao Concedente, todos os documentos, projetos, planos, plantas e outros elementos, de qualquer natureza, que se revelem necessários ou úteis ao exercício dos direitos ou ao desempenho de funções atribuídas pela lei ou pelo contrato ao Concedente.

3 - O disposto no número anterior é aplicável aos elementos adquiridos ou criados no desenvolvimento das atividades concedidas, seja diretamente pelo Concessionário seja por terceiros por aquele subcontratados.

Cláusula 35.ª
Acompanhamento e Avaliação do Desempenho do Concessionário

1 - O Município de Silves, ou qualquer entidade por este nomeada, deve acompanhar e avaliar regularmente o desempenho do concessionário, no âmbito da execução do contrato a atribuição da Concessão de direitos exclusivos de exploração de mobiliário urbano ou de ocupação do espaço público para afixação, inscrição ou difusão de mensagens publicitárias.

2 - O Município de Silves pode, nos termos da cláusula 53.ª do presente Caderno Encargos, bem como das cláusulas contratuais da concessão do direito de exploração, aplicar sanções contratuais ao concessionário.

Cláusula 36.ª
Fiscalização pelo Concedente

1-Sem prejuízo do disposto nos artigos 302.º, 303.º e 305.º do CCP, o Concedente pode ordenar a realização de ensaios, testes ou exames, na presença de representantes do Concessionário, que permitam avaliar as condições de funcionamento e as características do equipamento, sistemas e instalações respeitantes à Concessão, correndo os respetivos custos por conta do Concessionário.

2-Sem prejuízo do disposto no número anterior, o Concedente pode ordenar a realização de todos os atos que se mostrem necessários ao acompanhamento e avaliação do desempenho do Concessionário.

3-As determinações do Concedente, emitidas ao abrigo dos seus poderes de fiscalização, são imediatamente aplicáveis e vinculam o Concessionário, devendo este proceder à correção da situação, diretamente ou através de terceiros, correndo os correspondentes custos por sua conta.

4-Sempre que os resultados das auditorias, inspeções e análises demonstrarem situações de incumprimento o Concessionário será responsável pelo pagamento dos custos inerentes à execução das mesmas e obriga-se a apresentar, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, um plano de resolução das não conformidades detetadas, que uma vez aprovado pelo Concedente, deverá ser implementado pelo Concessionário.

Cláusula 37.ª
Poder de Modificação Unilateral do Contrato

1 - Sem prejuízo do respeito pelos limites previstos no artigo 313.º do Código dos Contratos Públicos, o contrato pode ser modificado unilateralmente pelo Município de Silves, quando o fundamento invocado sejam razões de interesse público decorrentes de necessidades novas ou de uma nova ponderação das circunstâncias existentes.

2 - A modificação contratual unilateral por parte do Município de Silves com fundamento em interesse público gera, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 314.º do Código dos Contratos Públicos, o direito do concessionário à reposição do equilíbrio financeiro do contrato modificado, de acordo com os critérios previstos no artigo 282.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 38.ª
Reclamações

1 - O Concessionário obriga-se a ter no estabelecimento da Concessão livro destinado ao registo de reclamações.

2 - O livro destinado ao registo de reclamações pode ser visado periodicamente pelo Concedente.

3 - O Concessionário deve enviar mensalmente ao Concedente, as reclamações registadas, acompanhadas das respostas dadas aos utilizadores e dos resultados das investigações e demais providências que porventura tenham sido tomadas.

CAPÍTULO VII

MODIFICAÇÕES SUBJECTIVAS

Cláusula 39.ª
Contratos, cedência, oneração e alienação

1 - É interdito ao Concessionário ceder, alienar ou por qualquer modo onerar, no todo ou em parte, a Concessão e o estabelecimento da Concessão, exceto nos casos especialmente previstos, ou realizar qualquer negócio jurídico que vise atingir ou tenha para efeito, mesmo que indireto, idênticos resultados.

2 - Os negócios jurídicos referidos no número anterior são inoponíveis ao Concedente.

3 - Todos os contratos de execução continuada celebrados pelo Concessionário com terceiros, com exceção dos relativos a eventuais contratos de financiamento, referentes ao objeto da Concessão, deverão incluir uma cláusula reservando expressamente ao Concedente a faculdade de se substituir ao Concessionário no caso da rescisão, resgate ou outro meio de extinção do contrato de Concessão, nos mesmos termos e nas mesmas condições contratualizadas com essas entidades terceiras.

Cláusula 40.ª
Cessação da posição contratual

1 - Sem prejuízo das limitações legalmente estabelecidas, o Concessionário pode ceder a sua posição contratual no âmbito do contrato de Concessão.

2 - A cessão de posição contratual referida no ponto anterior carece de prévia autorização escrita do Concedente, e será formalizada mediante contrato escrito entre as três partes.

3 - A cessão de posição contratual referida nos pontos anteriores depende da prévia apresentação, pelo Concessionário ao Concedente, de proposta fundamentada e instruída dos seguintes documentos:

a) Documentos de habilitação, relativos ao potencial cessionário exigidos ao cedente na fase de formação do contrato.

4 - O Concedente deve verificar o preenchimento, por parte do potencial cessionário, dos requisitos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do CCP, para a cessão da posição contratual.

Cláusula 41.ª
Responsabilidade pela Subconcessão e Subcontratação

1 - É admissível a subconcessão e a subcontratação nos termos legais.

2 - A subcontratação de terceiros ou a subconcessão não exime o Concessionário da responsabilidade pelo exato e pontual cumprimento de qualquer das suas obrigações perante a Concedente, salvo no caso de cessão parcial da posição contratual devidamente autorizada.

3 - Sem prejuízo das limitações legalmente estabelecidas, o Concessionário pode recorrer a subcontratação e subconcessão de terceiras entidades para a

execução das atividades integradas no objeto do contrato.

4 - A subcontratação e subconcessão referidas no ponto anterior carecem de prévia autorização escrita do concedente, na qualidade de Concedente, nos termos dos artigos 316.º e ss do CCP.

5 - A subcontratação ou subconcessão de terceiros para a execução de prestações do contrato relativamente às quais seja legalmente exigível especial certificação ou habilitação depende da apresentação prévia ao Concedente dos títulos comprovativos dessa certificação ou habilitação.

6 - No caso de celebração de contratos com terceiros, não são oponíveis às Concedentes quaisquer pretensões, exceções ou meios de defesa que resultem das relações contratuais estabelecidas pelo Concessionário com terceiras entidades.

7 - Os contratos a celebrar com terceiros não podem ter um prazo de duração ou produzir efeitos para além da vigência do contrato de Concessão.

8 - A subcontratação e subconcessão estão sujeitas, em tudo a que não se disponha em sentido contrário no presente Caderno de Encargos, ao disposto no CCP.

CAPÍTULO VIII

MODIFICAÇÕES REGIME ECONÓMICO – FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Cláusula 42.ª
Remunerações do Concessionário

A remuneração do Concessionário é, exclusivamente, a que resulta dos benefícios financeiros obtidos pela gestão e sob a sua responsabilidade da presente Concessão, durante o seu prazo contratual, sem que possam ser imputados ao Concedente quaisquer outros encargos, custos ou remunerações.

Cláusula 43.ª
Remuneração do concedente

Como contrapartida da atribuição da concessão em regime de exclusividade dos locais concursados, o Concessionário obriga-se a pagar anualmente, o valor constante da sua proposta, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

CAPÍTULO IX

GARANTIAS DO CUMPRIMENTO CONTRATUAL E SEGURO DA EXPLORAÇÃO

Cláusula 44.ª
Caução

1 - Concessionário deve prestar as cauções destinadas a garantir o exacto e pontual cumprimento de todas as suas obrigações decorrentes da celebração do contrato de objeto de Concessão de direitos exclusivos de exploração de mobiliário urbano.

2 - O valor da caução destinada a garantir o cumprimento contratual objeto da Concessão de direitos exclusivos de exploração de mobiliário urbano, deve ser de montante equivalente a 2% do valor da remuneração proposta pelo concessionário a pagar durante todo o período da concessão.

3 - O concessionário deve prestar a caução destinada a garantir o cumprimento das cláusulas contratuais relativas à Concessão de direitos exclusivos de exploração de mobiliário urbano, de ocupação do espaço público para afixação, inscrição e difusão de mensagens publicitárias, no prazo de dez dias a contar da respectiva notificação da decisão de adjudicação, devendo comprovar essa prestação junto do Município de Silves.

4 - As cauções referidas nos números anteriores são prestadas por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou mediante garantia bancária à primeira solicitação ou seguro-caução, conforme escolha do concessionário.

5 - Todas as despesas relativas à prestação de caução são da responsabilidade do concessionário.

Cláusula 45.ª
Eficácia da Caução

A prática pelo concessionário de quaisquer actos que afectem a eficácia das cauções e quaisquer outras garantias prestadas, nomeadamente a sua suspensão, modificação ou cancelamento, dependem da autorização do Município de Silves.

Cláusula 46.ª
Substituição da Caução

A requerimento do concessionário, o Município de Silves pode autorizar a substituição de caução que tenha sido prestada, desde que dai não resulte qualquer diminuição das garantias do Concedente.

Cláusula 47.ª
Execução de Caução

1 - A caução referida na cláusula 44.ª Caução, pode ser executada pelo Município de Silves, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer importâncias que se mostrem devidas por força do não cumprimento pelo concessionário das suas obrigações legais ou contratuais, designadamente as seguintes:

a) Sanções pecuniárias aplicadas nos termos previstos no respectivo contrato;

b) Prejuízos incorridos pelo Município de Silves, por força de incumprimento do concessionário; e,

c) Importâncias fixadas no respectivo contrato a título de cláusulas penais.

2 - A execução parcial ou total de caução prestada pelo concessionário implica a renovação do respectivo valor, no prazo de quinze dias após a notificação pelo Município de Silves para esse efeito.

Cláusula 48.ª
Liberação de Caução

A caução destinada a garantir o cumprimento contratual da concessão do direito de é liberada integralmente pelo Município de Silves, nos termos do disposto do art.295.º do CCP, quando cessar a vigência do contrato e se verifique o cumprimento exacto e pontual de todas as obrigações legais e contratuais do concessionário.

Cláusula 49.ª
Cobertura por Seguros

1 - O concessionário deve assegurar a existência e a manutenção em vigor das apólices de seguro necessárias para garantir uma efectiva e total cobertura dos riscos das atividades que constituem o objeto da concessão do direito de exploração, emitidas por seguradoras aceites pelo Município de Silves.

2 - Constitui estrita obrigação do concessionário a manutenção em vigor das apólices de seguro necessárias para garantir uma efectiva e total cobertura dos riscos das atividades que constituem o objeto da atribuição da Concessão de direitos exclusivos de exploração de mobiliário urbano, nomeadamente através do pagamento atempado dos respectivos prémios, pelo valor que lhe seja debitado pelas seguradoras.

CAPÍTULO X

RESPONSABILIDADE PERANTE TERCEIROS

Cláusula 50.ª
Responsabilidade pela Culpa e pelo Risco

O concessionário responde, nos termos da lei civil, por quaisquer prejuízos causados, pela sua culpa ou pelo risco, a terceiros, no exercício das tarefas e actividades que constituem o objecto do contrato objeto a atribuição da Concessão de direitos exclusivos de exploração de mobiliário urbano.

Cláusula 51.ª
Responsabilidade por Prejuízos causados por Entidades Contratadas

1 - O concessionário responde ainda, nos termos gerais da relação comitente - comissário, pelos prejuízos causados por entidades por si contratadas para o desenvolvimento e realização das tarefas e actividades compreendidas no objecto do contrato objeto a atribuição da Concessão de direitos exclusivos de exploração de mobiliário urbano.

2 - Constitui especial dever do concessionário garantir e exigir a qualquer entidade com que venha a contratar que promova as medidas necessárias para salvaguarda da integridade de pessoas e bens, nomeadamente das pessoas afectas à concessão de exploração e dos utentes da mesma, devendo ainda cumprir e zelar pelo cumprimento dos regulamentos em vigor.

3 - O poder de direcção do Município de Silves incide, nomeadamente, sobre o modo de execução das prestações do concessionário no que respeita a matérias necessárias à execução do contrato carente de regulamentação ou insuficientemente regulada, de forma a impedir qualquer execução contratual inconveniente ou inoportuna para o interesse público, sem prejuízo da reserva da autonomia técnica ou de gestão do concessionário que se encontre assegurada nos termos do contrato ou da lei.

4 - O poder de direcção do Município de Silves consiste na emissão de ordens, directivas ou instruções sobre o sentido das escolhas necessárias nos domínios da execução técnica, financeira ou jurídica das prestações contratuais.

5 - As ordens, directivas ou instruções do Município de Silves são emitidas por escrito ou, quando as circunstâncias o impuserem, pela forma oral, sendo reduzidas a escrito e notificadas ao concessionário no prazo de cinco dias, salvo justo impedimento.

CAPÍTULO XI

INCUMPRIMENTO CONTRATUAL

Cláusula 52.ª
Incumprimento por Facto Imputável ao Concessionário

1 - Se o concessionário não cumprir de forma exacta e pontual as obrigações contratuais ou parte delas por facto que lhe seja imputável, deve o Município de Silves notificá-lo para cumprir dentro de um prazo razoável, salvo quando o cumprimento se tenha tornado impossível ou o Município de Silves tenha perdido o interesse na prestação.

2 - Mantendo-se a situação de incumprimento após o decurso do prazo referido no número anterior, o Município de Silves pode optar pela efectivação das prestações de natureza fungível em falta, directamente ou por intermédio de terceiro, ou por:

a) Resolver o contrato com fundamento em incumprimento definitivo, nos termos do disposto na cláusula 55.ª do Caderno de Encargos e no artigo 333.º do Código dos Contratos Públicos;

b) Sequestrar a concessão do direito de exploração, nos termos do disposto na cláusula 56.ª do Caderno de Encargos e no artigo 421.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O disposto nos números anteriores não prejudica a aplicação pelo Município de Silves das sanções contratuais previstas no contrato para o caso de incumprimento pelo concessionário, por facto que lhe seja imputável, nem a aplicação das disposições relativas à obrigação de indemnização por mora e incumprimento definitivo previstas no Código Civil.

Cláusula 53.ª
Sanções Contratuais

1 - Sem prejuízo da possibilidade de sequestro, resgate ou resolução sancionatória do contrato de concessão nos termos do artigo 333.º do CCP, o Concedente pode, com observância do procedimento previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 325.º e no artigo 329.º do mesmo diploma legal, aplicar multas em caso de incumprimento pelo Concessionário das suas obrigações, incluindo as resultantes de determinações do Concedente emitidas nos termos da lei ou do contrato.

2 - Os incumprimentos do Concessionário, para efeitos do presente regime de penalizações, classificam-se em muito graves, graves e leves, sem prejuízo dos atrasos, que constituem infrações graves, e que poderão dar lugar à resolução do contrato, nos termos nele previstos.

3 - Consideram-se infrações <u>leves,</u> designadamente:

a) Incumprimento dos prazos previstos no presente Caderno de Encargos e Código de Exploração, em Anexo I;

b) Não manter em perfeitas condições de higiene e limpeza todos os equipamentos afetos ao serviço;

c) Descuidar o estado de conservação do material (abrigos e painéis publicitários);

d) Incumprimento do disposto nos Planos, apresentados pelo Concessionário;

e) Atraso não superior a dois dias atribuído ao Concessionário no fornecimento de documentos, dados ou informações solicitados pelo Concedente;

f) Todas as demais situações que sejam resultantes de um comportamento negligente por parte do Concessionário, seu funcionário ou agente.

4 - Consideram-se <u>infrações graves,</u> designadamente:

a) Cometer três ou mais faltas leves que sejam da mesma natureza;

b) Falta de observação do disposto quanto a livro de reclamações;

c) Qualquer obstrução do Concessionário ao trabalho de inspeção do Concedente;

d) Diminuição negligente do serviço estabelecido previsto no contrato por causa imputável ao Concessionário;

e) O incumprimento, total ou parcial, pelo Concessionário, das proibições estipuladas no Código dos Contratos Públicos, assim

como a omissão de ações que sejam obrigatórias nos termos desse código ou da legislação aplicável;

f) O atraso, por parte do Concessionário, no cumprimento dos prazos expressamente estabelecidos no presente Caderno de Encargos ou impostos por qualquer disposição legal ou regulamentar, ou decisão administrativa, quando tal atraso se prolongue por mais de metade do prazo estabelecido para o cumprimento;

g) A subcontratação e subconcessão da totalidade ou de parte do estabelecimento da concessão, por qualquer forma ou título, sem expressa autorização prévia, por escrito, do Concedente;

h) A falta de contratação ou renovação de qualquer das apólices de seguro que o Concessionário se encontre obrigado a subscrever, assim como o incumprimento das obrigações relativas a estas apólices, de acordo com o estabelecido na lei;

i) O Incumprimento das indicações e/ou instruções do Concedente nos termos previstos no presente Caderno de Encargos e respetivos Anexos;

j) O incumprimento das obrigações relativas à prestação das garantias, nos termos do presente Caderno de Encargos.

5 - Consideram-se infrações muito graves, designadamente:

a) Afetação do espaço público a outras atividades alheias ao objeto da presente concessão;
b) Desobediência ilegítima das ordens de alteração nos termos determinados pelo Concedente;
c) Adulteração, imputável ao Concessionário, de qualquer informação que deva facultar ao Concedente;
d) Adulteração da documentação económica que o Concessionário deva proporcionar;
e) Fraude na execução dos serviços;
f) Falta de comunicação pelo Concessionário das alterações e anomalias, que ponham em causa o regular e bom funcionamento do serviço, em prazo superior a dois dias, a contar do conhecimento das mesmas;
g) Não apresentação da documentação necessária, por parte do Concessionário, tendo em vista a obtenção pelo Concedente de subsídios e apoios financeiros no âmbito do objeto do contrato;
h) Obstrução reiterada do Concessionário ao trabalho de inspeção do Concedente;
i) Todas as demais situações que sejam resultantes de um comportamento doloso por parte do Concessionário, seu funcionário ou agente.

6 - Na prática de infrações leves, poderá o Concedente optar entre a simples advertência ao Concessionário, e ou a aplicação de multa, cujo montante variará entre um mínimo de cinquenta euros (€50,00) e um máximo de dois mil e quinhentos euros (€2.500,00), por cada uma das situações de incumprimento.

7 - No que às infrações graves diz respeito, poderá o Concedente aplicar ao Concessionário uma multa, cujo montante variará entre um mínimo de quinhentos euros (€500,00) e um máximo de seis mil euros (€6.000,00), por cada uma das situações de incumprimento.

8 - A prática de infrações muito graves será sancionada com multa, cujo montante variará entre um mínimo de mil e quinhentos euros (€1.500,00) e um máximo de trinta mil euros (€30.000,00), por cada uma das situações de incumprimento.

9 - Independentemente do tipo de infração praticada poderá o Concedente determinar a perda da caução no valor correspondente à multa aplicável, com obrigação do Concessionário repor a mesma e, conforme os casos, a resolução do contrato.

10 - A aplicação das multas contratuais deve ser precedida de notificação escrita à concessionária para, no prazo de dez (10) dias a contar da notificação que lhe seja dirigida para o efeito, se pronunciar sobre a infração que lhe seja imputável.

11 - A pronúncia, caso exista, será analisada pelo Concedente.

12 - As multas são exigíveis no prazo de trinta (30) dias a contar da respetiva notificação da sua aplicação pelo Concedente à Concessionária.

13. Não podem ser impostas multas ao Concessionário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual de prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstancias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

Cláusula 54.ª
Resolução Sancionatória

1 - Sem prejuízo de outras situações de grave violação das obrigações legais ou contratuais assumidas pelo concessionário, o Município de Silves pode resolver a título sancionatório o contrato de exploração, nos seguintes casos:

a) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao concessionário;

b) Incumprimento, por parte do concessionário, de ordens, directivas ou instruções transmitidas no exercício do poder de direcção sobre matéria relativa à execução das prestações contratuais;

c) Oposição reiterada do concessionário ao exercício dos poderes de fiscalização do concedente;

d) Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas com inobservância dos termos e limites previstos na lei ou no contrato;

e) Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite previsto no n.º 2 do artigo 329.º do Código dos Contratos Públicos;

f) Incumprimento pelo concessionário de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;

g) Não renovação do valor de caução pelo concessionário; ou,

h) O concessionário se apresente à insolvência ou esta seja declarada pelo tribunal.

2 - O disposto no número anterior não prejudica o direito de indemnização nos termos gerais, nomeadamente pelos prejuízos decorrentes da abertura de um novo procedimento de concurso público para adjudicação do contrato.

3 - Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução mencionados no n.º 1 e do direito de indemnização nos termos gerais, o Município de Silves pode ainda resolver o contrato a atribuição da Concessão de direitos exclusivos de exploração de mobiliário urbano ou de ocupação do espaço público para afixação, inscrição ou difusão de mensagens publicitárias quando se verifique:

a) Desvio do objecto da concessão;

b) Mora no pagamento de compensação financeira anual a favor do Município de Silves, em período equivalente ou superior a dois meses;

c) Obstrução ao livre acesso do Município de Silves, ou de qualquer entidade por este nomeada, às instalações concessionadas, bem como aos documentos relativos aos bens, equipamentos e actividades objecto da exploração;

d) Cessação ou suspensão, total ou parcial, pelo concessionário da exploração, sem que tenham sido tomadas medidas adequadas à remoção da respectiva causa;

e) Ocorrência de deficiência grave na organização e desenvolvimento pelo concessionário da actividade concedida, em termos que possam comprometer a sua continuidade ou regularidade nas condições exigidas pela lei e pelo contrato;

f) Obstrução ao sequestro;

g) Sequestro da concessão pelo prazo máximo permitido pela lei ou pelo contrato;

h) Recusa ou impossibilidade do concessionário em retomar a concessão na sequência de sequestro; ou,

i) Repetição, após a retoma da concessão, das situações que motivaram o sequestro.

4 - A resolução sancionatória do contrato está sujeita a audiência prévia do concessionário, nos termos previstos no Código do Procedimento Administrativo.

5 - Nos casos em que esteja previsto, em acordo entre o concessionário e as entidades financiadoras, o direito destas de intervir na concessão de exploração nas situações de iminência de resolução do contrato pelo Município de Silves, esta apenas pode ter lugar depois de a autarquia notificar a sua intenção às entidades financiadoras.

6 - A resolução do contrato determina, além dos efeitos previstos nesse contrato, a reversão dos bens do Município de Silves e a obrigação do concessionário entregar àquele, no prazo que lhe seja fixado na notificação a que se refere o número anterior, os bens afectos à concessão que estejam abrangidos pela cláusula de transferência.

7 - Nos casos de resolução contratual sancionatória, havendo lugar a responsabilidade do concessionário, o Município de Silves pode executar as garantias prestadas pelo concessionário.

8 - A notificação ao concessionário da decisão de resolução contratual sancionatória produz efeitos imediatos, independentemente de qualquer formalidade.

Cláusula 55.º
Sequestro da Concessão

1 - Em caso de incumprimento grave pelo concessionário da concessão de direitos exclusivos de exploração de mobiliário urbano ou de ocupação do espaço público para afixação, inscrição ou difusão de mensagens publicitárias,

ou estando o mesmo iminente, o Município de Silves pode, mediante sequestro, tomar a seu cargo o desenvolvimento da actividade concedida.

2 - O sequestro pode ter lugar, designadamente, nas seguintes situações:

a) Quando ocorra ou esteja iminente a cessação ou suspensão, total ou parcial, da actividade concedida;

b) Quando se verifiquem perturbações ou deficiências graves na organização e regular desenvolvimento da actividade concedida ou no estado geral das instalações e equipamentos que comprometam a continuidade ou a regularidade daquela actividade ou a integridade e segurança de pessoas e bens.

3 - Verificada a ocorrência de uma situação que pode determinar o sequestro da concessão, o Município de Silves notifica o concessionário para, no prazo que lhe for razoavelmente fixado, cumprir integralmente as suas obrigações e corrigir ou reparar as consequências dos seus actos, excepto tratando-se de uma violação não sanável.

4 - Nos casos em que esteja previsto, em acordo entre o Município de Silves e as entidades financiadoras, o direito destas de intervir na concessão nas situações de iminência de sequestro, este apenas pode ter lugar depois de o concedente notificar a sua intenção às entidades financiadoras.

5 - Em caso de sequestro, o concessionário suporta os encargos do desenvolvimento da actividade concedida, bem como quaisquer despesas extraordinárias necessárias ao restabelecimento da normalidade da execução da concessão de direitos exclusivos de exploração de mobiliário urbano ou de ocupação do espaço público para afixação, inscrição ou difusão de mensagens publicitárias.

6 - O sequestro mantém-se pelo tempo julgado necessário pelo Município de Silves, com o limite máximo de um ano, sendo o concessionário notificado pela autarquia para retomar o desenvolvimento da actividade concedida, na data que lhe for fixada.

7 - Se o concessionário não puder ou se se opuser a retomar o desenvolvimento da actividade concedida ou se, tendo-o feito, continuarem a verificar-se os factos que deram origem ao sequestro, o Município de Silves pode resolver concessão de direitos exclusivos de exploração de mobiliário urbano ou de ocupação do espaço público para afixação, inscrição ou difusão de mensagens publicitárias.

CAPÍTULO XII

OUTRAS CAUSAS DE CESSAÇÃO CONTRATUAL

Cláusula 56.ª
Resolução por Razões de Interesse Público

1 - O Município de Silves pode resolver o contrato de atribuição da Concessão de direitos exclusivos de exploração de mobiliário urbano ou de ocupação do espaço público para afixação, inscrição ou difusão de mensagens publicitárias devidamente fundamentado, e mediante o pagamento ao concessionário de justa indemnização.

2 - A indemnização a que o concessionário tem direito corresponde aos danos emergentes e aos lucros cessantes, devendo, quanto a estes, ser deduzido o benefício que resulte da antecipação dos ganhos previstos.

Cláusula 57.ª
Resgate da Concessão

1 - O Município de Silves pode resgatar a atribuição da Concessão de direitos exclusivos de exploração de mobiliário urbano ou de ocupação do espaço público para afixação, inscrição ou difusão de mensagens, decorridos três anos sobre a assinatura do contrato.

2 - O resgate da concessão está sujeito a audiência prévia do concessionário, nos termos previstos no Código do Procedimento Administrativo.

3 - O resgate deve ser notificado ao concessionário com pelo menos quatro meses de antecedência.

4 - Em caso de resgate, o Município de Silves assume automaticamente os direitos e obrigações do concessionário directamente relacionados com a actividade concedida desde que constituídos em data anterior à da notificação referida no número anterior.

5 - As obrigações assumidas pelo concessionário após a notificação referida no n.º 3 apenas vinculam o Município de Silves quando este haja autorizado, prévia e expressamente, a sua assunção.

6 - Em caso de resgate, o concessionário tem direito a uma indemnização correspondente aos danos emergentes e aos lucros cessantes, devendo, quanto a estes, deduzir-se o benefício que resulte da antecipação dos ganhos previstos.

7 - A indemnização referida no número anterior é determinada nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 566.º do Código Civil.

8 - O resgate determina a reversão dos bens do Município de Silves afectos à concessão, bem como a obrigação do concessionário entregar àquele os bens abrangidos, nos termos previstos por cláusula de transferência constante das cláusulas contratuais da concessão do direito de exploração.

9 - A caução e as garantias prestadas para caucionar o cumprimento contratual da concessão do direito de exploração são liberadas um ano após a data do resgate, mediante comunicação dirigida pelo Município de Silves aos respectivos depositários ou emitentes.

Cláusula 58.ª
Casos de Força Maior

1. Considera-se como caso de força maior uma ocorrência pela qual o Concessionário não seja responsável e para a qual não haja contribuído e bem assim como qualquer outro facto natural ou situação imprevisível ou inevitável cujos efeitos se produzam independentemente da vontade ou circunstâncias pessoais do Concessionário, tais como, nomeadamente mas não exclusivamente, atos de guerra ou subversão, epidemias, ciclones, tremores de terra, fogo, raios, inundações, greves gerais ou setoriais, e quaisquer outros eventos da mesma natureza que impeçam o cumprimento do contrato.

2. A parte que ficar impossibilitada de cumprir pontualmente as suas obrigações contratuais em consequência da verificação de uma situação de Força Maior deve, sem prejuízo dos seus deveres gerais de informação previstos neste Caderno de Encargos dar conhecimento imediato, por escrito, à outra Parte da ocorrência do caso de Força Maior, fornecendo, nos 3 (três) dias imediatamente subsequentes, informação, tão detalhada quanto possível, relativamente às circunstâncias da situação de Força Maior, incluindo a natureza e alcance das obrigações cujo cumprimento seja ou possa ser afetado, atrasado ou impedido por tais circunstâncias, as medidas e prazo julgados necessários para mitigar e remediar tal situação de Força Maior e as suas consequências.

Cláusula 59.ª
Caducidade da Concessão

1 - A atribuição da Concessão de direitos exclusivos de exploração de mobiliário urbano ou de ocupação do espaço público para afixação, inscrição ou difusão de mensagens publicitárias caduca com o término do prazo da exploração fixado na cláusula 13.ª- Prazo e termo da concessão, extinguindo-se as relações contratuais existentes entre as partes outorgantes, sem prejuízo das disposições que, pela sua natureza, se destinem a perdurar para além do decurso daquele prazo.

2 - No termo da concessão referida no número anterior, não são oponíveis ao Município de Silves os contratos celebrados pelo concessionário com terceiros, para efeitos do desenvolvimento da actividade concedida.

3- Os equipamentos do concessionário devem manter-se instalados nas condições do contrato adjudicado até à data em que o concedente tenha um novo procedimento para a instalação de mobiliário urbano concluído.

CAPÍTULO XIII

DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

Cláusula 60.ª
Direitos de Propriedade Intelectual

Os direitos de propriedade intelectual sobre os estudos e projectos elaborados para os fins específicos da actividade integrada na concessão, bem como os projectos, planos, plantas, documentos e outros elementos similares, são transmitidos gratuitamente e em regime de exclusividade ao Município de Silves no termo do prazo de vigência da concessão do direito de exploração cabendo ao concessionário adoptar todas as medidas para o efeito necessárias.

CAPÍTULO XIV

RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

Cláusula 61.ª
Foro Competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato de a atribuição da Concessão de direitos exclusivos de exploração de mobiliário urbano ou de ocupação do espaço público para afixação, inscrição ou difusão de mensagens publicitárias, fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 62.ª
Informação e Sigilo

1. O concessionário deve prestar ao contraente público todas as informações que este lhe solicitar e que sejam necessárias à fiscalização do modo de execução do contrato, devendo o contraente público satisfazer os pedidos de

informação formulados pelo concessionário e que respeitem a elementos técnicos na sua posse cujo conhecimento se mostre necessário à execução do contrato.

2. Salvo quando, por força do contrato, caiba ao concessionário o exercício de poderes públicos, compete exclusivamente ao contraente público a satisfação do direito à informação por parte de particulares sobre o teor do contrato e quaisquer aspetos da respetiva execução.

3. O contraente público e o concessionário guardam sigilo sobre quaisquer matérias sujeitas a segredo nos termos da lei às quais tenham acesso por força da execução do contrato.

CAPÍTULO XV
DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 63.ª
Objetos de valor

Os objetos de valor encontrados pela Concessionária durante a execução dos trabalhos e nos locais em que estes tenham lugar, deverão ser entregues ao Município.

Cláusula 64.ª
Patentes, licenças e outros custos

1 - São da responsabilidade da Concessionária quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes registadas, licenças ou outros direitos de propriedade intelectual ou industrial.

2 - Sem prejuízo do ponto anterior, a Concessionária deve adquirir e instalar material e equipamento que cumpra os requisitos de segurança exigíveis.

3 - A Concessionária indemnizará integralmente a Concedente por quaisquer danos ou despesas, diretas ou indiretas, que derivem da utilização da materiais ou equipamentos que não cumpram o disposto no número anterior e que por via desse facto causem danos a terceiros.

Cláusula 65.ª
Comunicações e Notificações

1 - As comunicações e notificações no âmbito da execução do contrato da Concessão de direitos exclusivos de exploração de mobiliário urbano, devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede

das partes outorgantes, conforme identificados no contrato, e podem ser efetuadas pelos seguintes meios:

a) Por correio electrónico, com aviso de entrega;
b) Por fax; ou,
c) Por carta registada, com aviso de receção.

2 - As notificações efectuadas por correio electrónico sem aviso de entrega, devem ser confirmadas, por qualquer um dos meios previstos nas alíneas b) e c) do número anterior, no prazo de 2 dias.
3 - Qualquer alteração das informações de contacto das partes outorgantes constantes do contrato identificado no n.º 1 deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 66.ª
Prazo Supletivo

1 - Todos os prazos de emissão pelo Município de Silves de autorizações ou aprovações no âmbito da execução do contrato de a atribuição da Concessão de direitos exclusivos de exploração de mobiliário urbano ou de ocupação do espaço público para afixação, inscrição ou difusão de mensagens publicitária, contam-se a partir da submissão do respectivo pedido pelo concessionário, desde que este se mostre instruído com toda a documentação que o deva acompanhar e suspendem-se com a solicitação pela autarquia de esclarecimentos ou documentos adicionais, até que estes sejam prestados ou entregues.

2 - As autorizações ou aprovações referidas no número anterior consideram-se tacitamente concedidas se não foram recusadas dentro do prazo de noventa dias.

Cláusula 67.ª
Contagem dos Prazos

Os prazos previstos no contrato Concessão de direitos exclusivos de exploração de mobiliário urbano ou de ocupação do espaço público para afixação, inscrição ou difusão de mensagens publicitárias, são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 68.ª
Gestor de Contrato

Nos termos do nº 1 do art.º 290-A do Código dos Contratos Públicos, o gestor do contrato com a função de acompanhar permanentemente a execução deste, é a funcionária Carla Silvestre do Gabinete de Informação e Relações Públicas.

Cláusula 69.ª
Legislação Aplicável

O contrato de atribuição da Concessão de direitos exclusivos de exploração de mobiliário urbano ou de ocupação do espaço público para afixação, inscrição ou difusão de mensagens publicitárias é regulado pela legislação portuguesa, em particular pelo Código dos Contratos Públicos e demais legislação mencionada no presente Caderno de Encargos, incluindo os seus diplomas complementares, de alteração ou substitutivos.

PARTE II - CLÁUSULAS TÉCNICAS

CAPÍTULO I

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS GERAIS

Cláusula 1.ª
Objeto da Contratação

O presente concurso tem por objeto a atribuição da Concessão de direitos exclusivos de exploração de mobiliário urbano ou de ocupação do espaço público para afixação, inscrição ou difusão de mensagens publicitárias.

Cláusula 2.º
Conceitos e noções

1 - Para efeitos do presente Código, devem ser respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente:

a) O Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, com as posteriores alterações.

b) Lei n.º 34/2015, de 27 de Abril, Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional;

c) Lei n.º 107/2001, de 08 de Setembro, Lei de bases do património cultural;

d) Lei n.º 97/88, de 17 de Agosto, Afixação e inscrição de mensagens de publicidade e propaganda, com as alterações introduzidas pelo DL n.º 48/2011 de 1 de Abril.

e) Lei n.º 23/2000 de 23 de agosto, primeira alteração às Leis n.º 56/98, de 18 de Agosto (financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais), e 97/88, de 17 de Agosto (afixação e inscrição de mensagens de publicidade e propaganda);

f) Decreto- Lei n.º 48/2011 de 1 de Abril - Acesso e exercício no licenciamento zero, com as respectivas alterações;

g) DL n.º 2/2020, de 14/01 - Código da Estrada;

h) Decreto- Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto que estabelece as disposições gerais e comuns sobre a gestão dos bens imoveis dos domínios públicos do Estado, das Regiões Autónomas e das Autarquias locais, com as posteriores alterações.

i) O RMOEPPP (Regulamento Municipal de ocupação do espaço público publicidade e propaganda) do Município de Silves, com as alterações que possam vir a ser introduzidas.

j) RJUE, Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual;

k) O Código da Publicidade;

l) O Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação do Município de Silves;

m) Outros regulamentos e legislação, aplicáveis em matéria de publicidade e acessibilidade e mobilidade pedonal, conforme legislação municipal e nacional especifica;

2- Para os efeitos da CE e Anexos, aplicam-se as noções e conceitos estabelecidos na legislação vigente nos Regulamentos Municipais, dos quais se indicam:

a) **Mobiliário Urbano**, é todo o equipamento instalado, projetado ou apoiado no espaço público que permita um uso, preste um serviço ou apoie uma atividade, ainda que de modo sazonal ou de caráter precário, nomeadamente abrigos de transportes públicos e suportes publicitários, e seus componentes;

b) **Ocupação do espaço público**, é toda e qualquer implantação, ocupação, difusão, instalação, afixação ou inscrição, de equipamento urbano, mobiliário urbano, suportes publicitários ou outros meios de utilização do espaço público, no solo, espaço aéreo, fachadas, empenas e coberturas de edifícios;

c) **Projeto de ocupação de espaço público**, é o conjunto de documentos que dispõe sobre a configuração e o tratamento pretendido para o espaço público, integrando e compatibilizando funcional e esteticamente as suas diversas componentes, nomeadamente áreas pedonais, de circulação automóvel, estacionamento, áreas e elementos verdes, equipamento, sinalização e mobiliário urbano, património, infraestruturas técnicas, bem como das ações de reconversão ou modificação desse espaço;

d) **Deslocação**, considera-se toda e qualquer alteração à localização do mobiliário ou equipamento urbano instalado que, no decurso da execução do contrato, as partes, de comum acordo e após solicitação de uma delas, venham a entender conveniente efetuar num no prazo razoável, que for determinado pelo Concedente, e a expensas do Concessionário;

e) **Abrigo de Passageiros**, pequena estrutura coberta disposta ao lado dos locais de embarque e desembarque para proteger os passageiros das intempéries;

f) **Suporte Publicitário**, meio utilizado para a transmissão de uma mensagem publicitária;

g) **MUPI**, o suporte constituído por uma estrutura de dupla face, dotado de iluminação interior, que permite a afixação ou rotação de mensagens publicitárias, podendo uma das faces ser destinada a informação do Município de Silves;

h) **MUPI Digital Interativo**, MUPI, Mobiliário Urbano de Publicidade e Informação, peça de mobiliário urbano, dotada de suporte digital capaz de interação com o transeunte, com sistema computorizado de emissão de mensagens e imagens com possibilidade de ligação a circuitos de TV e vídeo, internet, WiFi, Bluetooth ou outras;

i) **Painel**, peça de mobiliário urbano constituído por uma superfície para afixação de mensagens publicitárias estáticas ou rotativas ou eletrónicas, envolvida ou não por uma moldura e estrutura de suporte fixada diretamente ao solo, com ou sem iluminação;

j) **Cartaz**, é o suporte de mensagem publicitária inscrita em papel.

k) **Anúncio eletrónico** - o sistema computorizado de emissão de mensagens e imagens, com possibilidade de ligação a circuitos de TV, vídeo e similares;

l) **Anúncio iluminado** - o suporte publicitário sobre o qual se faça incidir intencionalmente uma fonte de luz;

m) **Anúncio luminoso** - o suporte publicitário que emita luz própria;

n) **Espaço público** - a área de acesso livre e de uso coletivo que se encontra afeta ao domínio público municipal;

o) **Espaços urbanos históricos** - áreas especialmente importantes sob o ponto de vista histórico, cultural e ambiental do concelho de Silves, integrando edifícios ou conjuntos construídos de especial interesse urbanístico e arquitetónico, nomeadamente o Centro Histórico de Silves ou de São Bartolomeu de Messines;

p) **Lona ou Tela** - o dispositivo de suporte de mensagem publicitária, composto por material flexível, afixado nas empenas dos edifícios ou outros elementos de afixação, podendo permitir a inscrição de mensagens publicitárias em ambas as faces;

q) **Painel ou Outdoor** - o dispositivo constituído por uma superfície para afixação de mensagens publicitárias estáticas ou rotativas, envolvido por uma moldura e estrutura de suporte fixada diretamente ao solo ou em tapumes, vedações ou elementos congéneres, com ou sem iluminação;

r) **Suporte publicitário** - o meio utilizado para a transmissão de uma mensagem publicitária;

s) **Toldo** - o elemento de proteção contra agentes climatéricos, feito de lona ou material similar, rebatível ou fixo, aplicável em qualquer tipo de vãos, como montras, janelas ou portas de estabelecimentos comerciais, no qual pode estar inserida uma mensagem publicitária;

t) **Totem** - o suporte publicitário, de informação ou de identificação, singular ou coletivo, normalmente constituído por estrutura de dupla face em suporte monolítico, podendo ser luminoso, iluminado ou não iluminado e conter motor que permite a rotação;

Cláusula 3.ª
Delimitação física da concessão

A presente Concessão do direito de ocupação de espaço público será desenvolvida dentro do perímetro do concelho de Silves.

Cláusula 4.ª
Equipamentos e bens

1 - Na sequência da celebração do contrato, o Concessionário obriga-se a adquirir, montar, instalar e operacionalizar, abrigos de passageiros simples, duplos, triplos ou especiais, em paragens de transportes públicos rodoviários, novos e nas quantidades e condições constantes do presente Caderno de Encargos e Código de Exploração - Anexo I.

2 - O Concessionário obriga-se, ainda, a adquirir, instalar e operacionalizar, os suportes publicitários novos e nas quantidades e condições constantes do presente Caderno de Encargos e Código de Exploração- Anexo I.

3 - No que concerne ao mobiliário urbano previsto no presente Caderno de Encargos, o Concedente poderá autorizar ao Concessionário, mais unidades, até 10% das referidas quantidades, durante todo o período da Concessão.

4 - A difusão de mensagens publicitárias de natureza comercial urbana no Município são localizadas e afixadas ou inscritas em locais e suportes publicitários exclusivos para o efeito.

5 - Localização, características e quantidades:

5.1. **Abrigos de Passageiros**:

• Substituição de 5 abrigos de passageiros em Silves, por estruturas maiores, com 3 vezes maior área das que atualmente estão colocadas, equipados com carregamento para telemóvel, papeleira e cinzeiro e deverá haver a possibilidade de o Município de Silves utilizar uma face de uma estrutura de poster promocional a incluir nos referidos abrigos, em localizações a definir pelo concedente;

• O mesmo deverá ficar estabelecido para Armação de Pêra (substituição dos 3 abrigos existentes).

5.2 **Mupis**:

5.2.1 - A instalação do número de estruturas por freguesia será definido previamente por ambas as partes.

5.2.2 – A concessionária fica obrigada a realizar a impressão de cartazes para as faces destinadas ao Concedente, bem como proceder à montagem e desmontagem para 10 campanhas da autarquia por ano, a definir e a combinar com o Concedente.

Quantidades e localizações:

- Colocação de pelo menos 12 estruturas em Silves;
- Colocação de pelo menos 12 estruturas em A. Pêra;
- Colocação de pelo menos 6 estruturas em SB Messines;
- Colocação de pelo menos 2 estrutura em Tunes;
- Colocação de pelo menos 1 estrutura em S. Marcos da Serra
- Colocação de pelo menos 2 estruturas em Alcantarilha;
- Colocação de pelo menos 3 estruturas no Algoz;
- Colocação de pelo menos 4 estruturas em Pêra;

Todas estas estruturas deverão ter uma face utilizável pela autarquia, ficando a colocação dos posters e manutenção das estruturas a cargo da empresa a quem for adjudicado o concurso.

5.3. **Outdoors (8X3m e 4X3m):**

5.3.1- A instalação do número de estruturas por freguesia será definido previamente por ambas as partes.

5.3.2 - A concessionária fica obrigada a realizar a impressão de telas, montagem e desmontagem para 10 campanhas da autarquia por ano, a definir e a combinar com o Concedente.

5.3.3-Poder-se-ão contemplar estruturas que tenham dupla face, para que as mesmas possam ser mais rentáveis, mas deverá ser escolhida uma localização que permita igualmente eficiência na visualização.

Quantidades e localizações **8X3m**:

- Pelo menos 4 estruturas em Silves;
- Pelo menos 4 estruturas em A. Pêra;
- Pelo menos 3 estruturas em SB Messines;
- Pelo menos 2 estruturas em Alcantarilha;
- Pelo menos 2 estruturas em Pêra;
- Pelo menos 2 estruturas em Tunes;
- Pelo menos 2 estruturas em Algoz;
- Pelo menos 1 estrutura em S. Marcos da Serra;

As localizações **4X3m**:

- Pelo menos 2 estruturas em Alcantarilha;
- Pelo menos 2 estruturas em Pêra;
- Pelo menos 2 estruturas em Tunes;
- Pelo menos 2 estruturas em SB Messines;
- Pelo menos 3 estruturas em Silves;
- Pelo menos 3 estruturas em A. Pêra;
- Pelo menos 1 estrutura em S. Marcos da Serra;

5.4. **Outdoors digitais/painéis led (4X3m)**:

- Pelo menos 1 estrutura em A. Pêra;
- Pelo menos 1 estrutura em SB Messines;

A autarquia deverá ter 30% do tempo de utilização por hora em cada uma destas estruturas e acesso fácil à colocação de informação.

5.5 **Quiosques multimédia:**

- Pelo menos 1 estruturas em Silves;
- Pelo menos 1 estruturas em A. Pêra;
- Pelo menos 1 estrutura em SB Messines;

5.5.1 O acesso à informação deverá ser facilmente garantido ao Município de Silves, para que se possam realizar atualizações;

5.5.2 Estas estruturas devem garantir aos utilizadores o acesso ao site da CMS e a realização de selfies.

5.6 -Todos os equipamentos a instalar deverão ser novos.

5.7 - Os suportes publicitários podem ser dotados de iluminação própria.

5.8 - O Concessionário deve fazer uma utilização continuada, salvo caso de força maior e sem prejuízo das cláusulas seguintes, não a podendo suspender por um período superior a:

a) 30 dias úteis por ano, e 3 dias seguidos, na zona Cidade de Silves e nos painéis 'Outdoors';

b) 30 dias úteis por ano, e 5 dias seguidos, nas restantes zonas e suportes publicitários.

5.9 - **Placas sinaléticas**

Quantidades e localização das Placas Sinaléticas:

- 20 em Silves;
- 20 em São Bartolomeu de Messines;
- 10 em Armação de Pêra;

- 5 em Pêra;
- 5 em Alcantarilha;
- 5 em Algoz;
- 5 em Tunes.
- 5 em São Marcos da Serra.

5.9.1As placas sinaléticas passarão a ser propriedade do concedente, ficando o concessionário obrigado a disponibilizar placas idênticas aos particulares que queiram usufruir deste tipo de publicidade.

5.10- **Localizações**

5.10.1- O concessionário pode apresentar sugestões de localização (sempre mais três do que as que serão para instalar/utilizar em cada localidade, de modo a poder-se escolher no concurso as que mais interessam.

5.10.2-Todas as Localizações deverão ser obrigatoriamente licenciáveis e ter as condições necessárias para tal (autorizações de particulares, de entidades gestoras de estradas, etc.).

5.10.3 - As placas Sinaléticas Direcionais ou setas direcionais de publicidade só podem ser instaladas em local a definir com a autorização prévia da Entidade Concedente.

6- De todos os Outdoors concursados, o Concedente reserva-se o direito exclusivo de 12 estruturas (quantidade composta por estruturas com medidas de 8X3m e/ou 4x3m) apresentadas pelo Concecionário e distribuídas por todas as freguesias do Concelho, que serão definidas pelo Concedente aquando da aprovação do projeto.

Cláusula 5.ª
Requisitos técnicos e funcionais do mobiliário urbano

1 - O mobiliário urbano está geralmente sujeito a pressões e desgaste de nível elevado, devido quer ao envolvimento ambiental, quer à sua utilização. Neste sentido, os seus requisitos técnicos e funcionais devem adequar-se à sua correta utilização no espaço público e à sua resistência a condições climatéricas extremas, ao vandalismo e à poluição urbana com o objetivo de garantirem a sua máxima durabilidade.

2 - De forma a cumprirem os standards internacionais de qualidade e conceção, os equipamentos a instalar deverão dispor de:

a) Certificação CE obrigatória para o mobiliário eletrificado (com base nas diretivas de baixa tensão, máquinas e compatibilidade eletromagnética); e
b) Certificação na conceção e fabricação pelas normas internacionais ISSO 9001,para a qualidade, e ISSO 14 001 para o meio ambiente.

3 - As peças de mobiliário urbano a instalar devem respeitar os requisitos técnicos e funcionais e descritos no presente Caderno de Encargos e respectivos Anexos. Poderá existir algumas alterações a pedido do Concedente.

4 - Todas as peças de mobiliário urbano devem apresentar uma elevada qualidade dos materiais usados.

5 - As peças de mobiliário urbano a instalar devem apresentar o design aprovado na proposta adjudicada.

6 - O mobiliário Urbano não pode:

a) Provocar obstrução de perspectivas panorâmicas ou afetar a estética ou o ambiente dos lugares ou da paisagem;
b) Não prejudicar a beleza ou o enquadramento de monumentos nacionais, de edifícios de interesse público ou outros susceptiveis de ser classificados pelas entidades públicas;
c) Não causar prejuízos a terceiros;
d) Não afetar a segurança das pessoas ou das coisas, nomeadamente na circulação rodoviária ou ferroviária;
e) Não apresentar disposições, formatos ou cores que possam confundir-se com os da sinalização de tráfego;
f) Não prejudicar a circulação dos peões, designadamente dos deficientes;
g) Não obstruir o acesso/operação de outras infraestruturas, nomeadamente, armários técnicos, marcos de incêndio, bacos de rega.

7 -A afixação ou a inscrição de mensagens publicitárias não pode prejudicar a segurança de pessoas e bens, designadamente:

a) Afetar a iluminação pública;

b) Prejudicar a visibilidade de placas toponímicas, semáforos e sinais de trânsito;

c) A circulação de veículos, em virtude das inscrições com mobilidades reduzida.

8 -As estruturas para afixação da publicidade nas proximidades de estradas deverão, sem prejuízo da legislação aplicável distar 0,50m da faixa de rodagem (lancil, berma ou valeta). Os painéis que não chegarem ao chão deverão distar deste uma altura mínima de 2,20m.

Cláusula 6.ª
Mobilidade e acessibilidade pedonal

Na instalação das peças do mobiliário urbano, o concessionário obriga-se a cumprir a legislação e os regulamentos aplicáveis em matéria de publicidade,

acessibilidade e mobilidade pedonal, conforme legislação municipal e nacional específica.

Cláusula 7.ª
Projeto de ocupação de espaço público

1 - Para cada e qualquer instalação e ocupação de mobiliário urbano é de caráter obrigatório, a apresentação de projeto de ocupação de espaço público pelo Concessionário, e respetiva autorização do Concedente, com vista a aferir, de uma forma mais adequada, os parâmetros que permitam determinar as melhores soluções devidamente adaptadas às várias situações existentes.

2 - O projeto de ocupação do espaço público integra, obrigatoriamente, os seguintes documentos e conteúdo, para além dos elementos de identificação do Concessionário:

a) Memória descritiva, com indicação exata do(s) local(ais) e do(s) espaço(s) público(s) a ocupar, com indicação e descrição do mobiliário urbano a instalar e as suas características e detalhes técnicos, nomeadamente: modelo, estrutura, forma, materiais a utilizar, inclui a sua textura, acabamento e cor, dimensões, tipo de iluminação, consumo de energia, áreas de publicidade e de iluminação, capacidade de mensagens publicitárias, e referência expressa ao cumprimento integral das condições fixadas no presente Caderno de Encargos e seus Anexos;

b) Estudo de integração visual ou paisagística, inclui fotografias a cores onde seja perceptível o estado original do espaço objeto da intervenção e documentação gráfica simplificada que minimamente caracterize o impacte da instalação que se pretende efetuar, e, que abranja mais de uma perspetiva para caracterização do seu enquadramento;

c) Planta de localização, à escala adequada à zona respeitante, com indicação exata do local previsto ocupar;

d) Projeto-tipo, descrição gráfica do mobiliário urbano, através de plantas, cortes e alçados, à escala não inferior 1:50, com execução de pormenores-tipo, bem como da forma, iluminação, dimensão, materiais e cores;

e) Termo de responsabilidade técnica, quando se trate de anúncio luminoso ou iluminado, ou eletrónico ou cujas estruturas se pretendam instalar acima de 4,00 m do solo;

f) Parecer das entidades competentes, quando legal e regulamentarmente exigível, designadamente no que refere a servidões e restrições de utilidade pública.

3- O projeto deve ser entregue, em formato digital, sendo o projeto-tipo em formato shapefile, devendo estar devidamente georreferenciado pelo sistema

de referência de coordenadas: EPSG: 3763, ETRS89 / Portugal TM06 e o mobiliário urbano com identificação / numeração de cadastro.

4. O projeto deve salvaguardar, o Regulamento, nomeadamente no que refere à:
   a) Segurança de pessoas e bens;
   b) Preservação e valorização dos espaços públicos;
   c) Preservação e valorização dos sistemas de vistas;
   d) Valores históricos e patrimoniais;
   e) Preservação e valorização das áreas verdes.

5-O projeto deve salvaguardar os critérios dispostos aqui e no Regulamento que visam a adequação da localização e instalação dos diferentes tipos de suporte publicitários e ocupação do espaço público, relativamente à imagem e ao ambiente urbano circundante, numa perspetiva de qualificação e valorização do espaço, em pleno respeito pelas componentes ambientais, paisagísticas e urbanísticas.

6- Durante a vigência do contrato, para restruturação, inovação e substituição, poderá ser elegível a ocupação de outros locais, mediante apresentação de projectos, os quais têm de ser aprovados pelo Concedente.

Cláusula 8.ª
Prazos

1. A apresentação dos projetos de ocupação de espaço público, a que se refere o artigo anterior, deverá ser efetuada, até 20 dias a contar do início da Concessão.
2. O prazo para o fornecimento e instalação do mobiliário urbano, inicia-se a partir da data da aprovação pelo Concedente dos projetos de ocupação de espaço público, e não pode ultrapassar o prazo total máximo de 90 dias.
3. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o prazo para o fornecimento e instalação do mobiliário urbano, é o constante da proposta apresentada pelo Concessionário.
4. A limpeza do mobiliário urbano deverá ser efetuada pelo menos 3 vezes por ano e sempre que necessária ou por solicitação do Concedente.
5. A conservação e manutenção do mobiliário urbano, sem prejuízo dos restantes números desta cláusula, deverão ser asseguradas pelo menos uma vez por ano.
6. Sem prejuízo do número anterior, as intervenções que se mostrem necessárias, como vidros partidos ou fontes de luz dos suportes publicitários ou outras, deverão ser realizadas dentro de prazo razoável até ao máximo de 3 dias após a identificação da ocorrência.

7. A deslocação, substituição e remoção de mobiliário urbano deverá realizar-se no prazo de 15 (quinze) dias após a respetiva solicitação.

8. O Concessionário, perante situações que ponham em causa a segurança de pessoas e bens, deverá assegurar com a maior brevidade a reposição das normais condições do mobiliário urbano.

9. Todos os prazos de emissão, pelo Concedente, de autorizações ou aprovações contam-se nos termos indicados no Caderno de Encargos.

10. Considera-se tacitamente indeferida qualquer autorização que não seja concedida, por escrito, no prazo fixado para o efeito.

11. Na falta de fixação de prazo para a Concessão de autorizações, o prazo supletivo aplicável é de 20 (vinte) dias.

Cláusula 9.ª
Ónus de requalificação e valorização da paisagem urbana

1. Compete ao Concessionário o ónus de garantir o estudo, conceção, execução, fornecimento e demais trabalhos inerentes ao tratamento do espaço, bem como da impressão e instalação de lona ou tela sem fim publicitário, com o objetivo de requalificar e valorizar a paisagem urbana e garantir a higiene e segurança, na cidade, com vista a aferir, de uma forma mais adequada, os parâmetros que permitam determinar as melhores soluções devidamente adaptadas às várias situações existentes, sujeito a aprovação do Concedente.

2. Os restantes espaços de domínio público referidos no número anterior compreendem as seguintes condições:

   a) Vazio urbano, em caso de ruína ou demolição de edificação;

   b) Frente urbana ou fachada ou empena de edifício degradado ou não concluído;

   c) Inserido na Cidade de Silves com incidência no centro histórico.

3. O Concessionário deve garantir a segurança de pessoas e bens, assim como a limpeza do espaço afeto à instalação.

4. As telas ou lonas devem apresentar boa qualidade gráfica e de apresentação, sendo que o seu conteúdo admite a reprodução ou réplica de fachada, ou obra de artista, de preferência Silvense ou da região de Silves, a aprovar pela Câmara Municipal de Silves.

5. O Concessionário garante a manutenção e bom estado de conservação de todo o material e equipamento aplicado, incluindo estrutura, iluminação, e telas, desde a sua instalação até ao termo do prazo da Concessão ou até à alteração da necessidade de requalificação, expressa pelo Concedente.

6. O Concessionário deve apresentar a proposta de requalificação e

valorização da paisagem urbana através de projeto de ocupação do espaço público, conforme o disposto no Caderno de Encargos e seus Anexos, sujeito a aprovação do Concedente.

Cláusula 10.ª
Características técnicas do mobiliário

1. O mobiliário urbano não deve, pela sua forma, estrutura, materiais e cor, colocar em causa o ambiente circundante e a segurança de pessoas e bens.
2. O mobiliário urbano a instalar deve apresentar uma uniformidade de imagem entre si, designadamente os MUPI isolados ou acoplados.
3. O mobiliário urbano deve ser caracterizado por formas planas, sem arestas vivas, elementos pontiagudos ou cortantes, parafusos ou fixações visíveis e as suas componentes devem prevenir eventuais utilizações impróprias, ou que possam representar perigo para as pessoas.
4. Todos os materiais e acessórios do mobiliário urbano devem ser resistentes à radiação ultravioleta, ao impacto e às adversidades atmosféricas, não comburentes, combustíveis ou corrosivos, a apresentarem estabilidade cromática.
5. O mobiliário urbano deve ter paredes em vidro temperado de uma solidez e qualidade que garantam a segurança dos utilizadores, nunca projetando estilhaços em caso de acidente, bem como ter vidros anti-reflexo e materiais sem brilho de forma a não provocar o encadeamento dos condutores e peões.
6. A estrutura do mobiliário urbano deve ser calculada para resistir a cargas necessárias à sua função e garantir a resistência a ventos de 140Km/h.
7. O mobiliário urbano deve ter um sistema de iluminação que promova a utilização racional de energia e a minimização dos impactes ambientais associados, através da utilização de sistema LED. Nos casos com iluminação própria, a emissão de luz tem de ser inferior a 200 candeias/ m2, sempre que instalados junto a faixas de rodagem.
8. Em cada peça de mobiliário urbano devem constar os seguintes elementos:
   a) Identificação e contacto do concessionário de leitura discreta, que inclui nome ou denominação social e telefone e correio eletrónico;
   b) Referência da identificação do suporte, para efeito de cadastro e gestão.

Cláusula11.ª
Abrigos de passageiros

1. Os Abrigos de passageiros de transporte público rodoviário abrangem os seguintes tipos:

a) Simples, corresponde a um módulo;

b) Duplo ou triplo, corresponde, respetivamente a dois ou três módulos acoplados;

c) Especial (sem paredes laterais).

2. Os Abrigos de passageiros em paragens de transportes públicos rodoviários deverão ser constituídos por teto protetor, parede ou paredes laterais e parede anterior, com indicação do nome de paragem, podendo ser concebidos para servir de base para afixação de publicidade a explorar pelo Concessionário, nos termos e condições definidos no Caderno de Encargos e seus Anexos.

3. Os Abrigos deverão comportar alguns elementos, nomeadamente banco para utilizadores e quadro horário para ser colocada a planta da cidade com os circuitos e horários dos transportes e equipados com carregamento para telemóvel, papeleira e cinzeiro. Deverá haver a possibilidade de o Município de Silves utilizar uma face de uma estrutura de poster promocional a incluir nos referidos abrigos, em localizações a definir pelo concedente

4. Os Abrigos de passageiros, deverão ser novos.

5. Os Abrigos devem ser dotados de iluminação própria, para além da iluminação resultante da caixa de publicidade, caso ocorra.

Cláusula 12.ª
Critérios de adequação formal e funcional dos Abrigos de Passageiros

O modelo dos Abrigos a instalar no concelho de Silves deverá ser igual aos já existentes.

Cláusula 13.ª
Critérios de localização e instalação

1 - Os locais e espaços a instalar qualquer suporte publicitário devem garantir as dimensões adequadas à livre circulação de transeuntes face a todas as suas características, e de acordo com as normas de acessibilidade para pessoas com mobilidade condicionada e restante legislação aplicável.

2 - Toda a publicidade e ocupação do espaço público na Área Central de Silves estão subordinadas e sujeitas às disposições constantes do Regulamento, nomeadamente aos princípios gerais e, no que aí não estiver definido, aos critérios previstos nos demais Anexos, e não é permitida a colocação de publicidade ou outras utilizações do espaço público na Área Central que possa impedir a leitura de elementos construtivos de interesse patrimonial, histórico ou artístico, designadamente guardas de varandas de ferro, azulejos e elementos em cantaria, nomeadamente padieiras, ombreiras e peitoris, cornijas, cachorros e outros;

3 - Para os efeitos do presente Caderno de Encargos e anexos, os suportes publicitários deverão respeitar os seguintes critérios para as diferentes zonas:

a) Cidade de Silves, sem prejuízo do disposto no número anterior e seguintes, o tipo e modelo dos suportes publicitários devem ser adequados à imagem e identidade dos espaços e aos valores urbanos, naturais ou construídos emblemáticos da Cidade, e não prejudicar ou contribuir para a descaracterização das suas panorâmicas, para a intrusão ou obstrução da perceção do valores históricos e patrimoniais, nem para a degradação da qualidade dos espaços e paisagem;

4 - A localização e a instalação dos suportes publicitários devem respeitar ainda, os seguintes critérios:

a) Na zona imediata e circundante aos suportes publicitários deve ser garantida uma área livre de qualquer obstáculo de acesso seguro e confortável, nomeadamente, a fronteira às suas faces, de forma a salvaguardar um local seguro de leitura das suas mensagens, circulação e permanência de peões;

b) Assegurar uma distância adequada entre mobiliário, considerando as áreas de afluência e permanência de pessoas, percursos, parques de estacionamentos, praças e a densidade populacional, a população presente e a multiplicidade destes constituindo uma poluição visual;

c) Não podem dispor-se vários em banda contínua.

5 - A colocação de Painéis tipo '*Outdoor*', deve ser, preferencialmente, em zonas industriais ou de serviços, e desde que não se encontrem nas proximidades de zonas habitacionais ou de zonas escolares.

6 - A colocação de Painéis tipo '*Mini*', deve ser, preferencialmente, fora dos centros históricos e das zonas e centralidades urbanas mais consolidadas.

7 - A localização dos MUPI Digitais Interativos/Quiosques multimédia, aferida aquando do projeto de ocupação, e pressupõe localizações estratégicas.

8 - A colocação de mais do que um suporte no mesmo local pode ser condicionada por forma a minimizar o efeito de massificação das mensagens publicitárias ou de identificação.

9 - O Concedente pode a qualquer momento ordenar alterações na localização geográfica dos suportes.

10 - Não é permitida a instalação pelo Concessionário de quaisquer suportes publicitários no plano de água, muros ou margens dos canais no Concelho de Silves, sem prejuízo da organização e promoção de eventos pelo Concedente ou por particulares em parceria com este.

Cláusula 14.ª
Critérios de adequação formal, funcional e de conteúdo

1. O modelo do MUPI a instalar na Cidade de Silves, deve apresentar uma forma geométrica espacial simples, sem elementos decorativos, de presença discreta, e qualidade e design distinto e adequado à dignidade da Cidade, em cor a definir.

2. Os MUPIs a instalar na Cidade de Silves, que é destinado à difusão e mensagens relativas à atividade do Município ou apoiadas por este, como mapas de localização, sem prejuízo do disposto no número anterior, admite modelo de forma geométrica em paralelepípedo, sem pé, com o objetivo de facilitar a identificação destes pelo público.

3. Os modelos dos Painéis a instalar, devem apresentar uma forma geométrica espacial simples, sem elementos decorativos, de presença discreta, e qualidade, em cor a definir.

4. A mensagem publicitária a afixar no suporte publicitário está sujeita às seguintes condições:

   a) A composição tridimensional da mensagem não pode comprometer a funcionalidade, segurança e qualidade do espaço envolvente;

   b) As superfícies de fixação da publicidade não podem ser subdivididas.

5. Sem prejuízo do constante na legislação aplicável, as mensagens publicitárias devem respeitar o disposto no Código de Publicidade, e corresponder aos bons costumes e não deverá ter caráter confessional nem partidário, e devem respeitar a utilização de idiomas de outros países só sendo permitida quando o seu conteúdo tenha por destinatários exclusivos ou principais os estrangeiros, quando se trate de firmas, nomes de estabelecimentos, marcas e insígnias devidamente registadas ou de expressões referentes ao produto publicitado.

6. Não é permitida publicidade sonora, exceto quando esta decorra em uso exclusivo, devendo respeitar os limites impostos pela legislação aplicável a atividades ruidosas.

Cláusula 15.ª
Instalação

1. O Concessionário obriga-se a instalar o mobiliário urbano objeto deste contrato com as características e especificações previstas na sua proposta, bem como no Caderno de Encargos e seus Anexos.

2. O mobiliário urbano deve ser instalado em perfeitas condições de ser utilizado para os fins a que se destina.

3. A montagem inclui os trabalhos preparatórios, de aquisição, fixação e instalação do mobiliário, tudo nas condições e especificações indicadas no projeto de ocupação aprovado, incluindo todos os acessórios, materiais e trabalhos necessários à sua boa execução.

4. Na instalação prevêem-se os seguintes trabalhos:

a) Montagem de meios de acesso a todos os lugares necessários à execução dos trabalhos;

b) Escavação em terreno de qualquer natureza para execução da fundação de fixação dos elementos de suporte do mobiliário;

c) Colocação e fixação da estrutura na fundação através de betonagem, nos casos necessários;

d) Execução dos remates de pavimento reaproveitando as peças de pavimento removido para a execução dos trabalhos;

e) Reparação dos eventuais danos no espaço público causados durante a execução dos trabalhos;

f) Reposição dos pavimentos e acabamentos removidos pela fixação do mobiliário;

g) Limpeza e consolidação dos lugares a afixar o mobiliário.

5. No que respeita às técnicas construtivas a adotar, fica o Concessionário obrigado a seguir no que seja aplicável aos trabalhos a realizar, as normas portuguesas, as especificações e documentos de homologação de organismos oficiais e as instruções de fabricantes ou entidades detentoras de patentes.

6. O Concessionário deve garantir as condições de acessibilidade no espaço público e a integridade e continuidade da rede de percursos pedonais acessíveis, nos termos da legislação vigente aplicável, nomeadamente:

a) Zonas livres para acesso e permanência, zonas de manobra necessárias a mudanças de direção, assim como o alcance das pessoas, nomeadamente os com mobilidade condicionada, aos objetos e informação, com as dimensões que o satisfaça, e de forma segura e confortável;

b) Um canal de circulação contínuo e desimpedido de obstruções, com uma largura não inferior a 1,2 m, medida ao nível do pavimento e uma altura não inferior a 2,0 m nos espaços encerrados e 2,4 m em espaços não encerrados;

c) Assegurar a drenagem das águas pluviais, através de disposições técnicas e construtivas que garantam o rápido escoamento e a secagem dos pavimentos;

d) O pavimento deve ter uma superfície estável, durável, firme e contínua e apresentar uma inclinação regulamentar;

e) Proporcionar a legibilidade do espaço, através da adopção de elementos e texturas de pavimento que forneçam, nomeadamente às pessoas com deficiência da visão, a indicação dos percursos acessíveis;

f) Os comandos e controlos ou outros elementos similares devem estar situados de forma ao fácil alcance e utilização e de modo que exista uma zona livre para operação que satisfaça as condições das zonas de permanência;

g) Assegurar a legibilidade da sinalização, informação e orientação.

7. A localização e a colocação do mobiliário urbano devem respeitar, os seguintes critérios:

a) Zonas com condições de segurança para os utilizadores e cidadãos;

b) Zonas de fácil acesso, evitando-se, nomeadamente, becos, passagens estreitas, curvas e ruas de grande pendente, que originem constrangimentos e coloquem em perigo a segurança dos trabalhadores do Concessionário e Concedente e dos cidadãos;

c) Evitar a obstrução ou prejuízo da visibilidade de peões e condutores, nomeadamente através da colocação junto a passagens de peões, de ciclovias, áreas de operações de carga e descarga ou recolha e largada de passageiros, lugares de estacionamento, cruzamentos, saídas de garagem, acessos a prédios e a equipamentos de utilização pública (escolas, hospitais, quartéis e outros).

8. A instalação elétrica do mobiliário urbano, assim como de outras infraestruturas, não deverá ser visível do exterior, e deverá ser efetuada em conformidade com a legislação e regulamentação em vigor, devendo dispor de interruptor diferencial de alta sensibilidade e corte omnipolar, proteção magneto-térmica, tomada de terra individual por placa e cablagem anti-humidade, através de um sistema estanque, acessível unicamente através de ferramenta própria.

9. As instalações elétricas devem obedecer ao exposto nas Regras Técnicas das Instalações Eléctricas de Baixa Tensão, Decreto-Lei n.º 226/2005 de 28 de Dezembro e Portaria n.º 949-A/2006 de 11 de Dezembro.

10. O fornecimento de energia eléctrica deve ser executado a partir da rede de distribuição de energia, sendo que para o efeito, o sistema deve ser dotado de infraestruturas que permitam a instalação de contadores de energia eléctrica, cujos encargos de energia ficarão a cargo do Concessionário, a exceção dos encargos do fornecimento nos abrigos de passageiros, que são do Concedente.

11. A instalação elétrica do mobiliário deve assegurar o não conflito com

infraestruturas instaladas.

12. As instalações ficam sujeitas à verificação por parte do Concedente, com vista a verificar se os mesmos correspondem ao solicitado e se reúnem as características, especificações e requisitos definidos no Caderno de Encargos e na proposta concessionada/adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.

Cláusula 16.ª
Limpeza, manutenção, conservação e beneficiação

1. O Concessionário deve, durante todo o período contratual e respeitando os prazos previstos para o efeito na sua proposta:

a) Manter os elementos do mobiliário urbano a seu cargo, em perfeitas condições de segurança, operacionalidade, funcionamento, conservação, manutenção e limpeza e nas melhores condições de apresentação;

b) Assegurar a remoção de resíduos decorrentes da lavagem e manutenção do mobiliário, assim como o uso responsável dos recursos;

c) O(s) Concessionário(s) deve(m) proceder, com a periodicidade e prontidão adequadas e sempre que solicitado pelo Concedente, à realização de obras de conservação no mobiliário urbano, sendo necessária, caso ocorra alteração das condições estabelecidas, sujeita a autorização do Concedente;

d) Substituir, por motivos de degradação e de segurança, ou a pedido da entidade Concedente, os equipamentos que não sejam possíveis recuperar;

e) Relocalizar, por motivos de reordenamento do espaço público, a pedido da entidade Concedente, o equipamento que se afigure necessário.

2. Sem prejuízo do disposto no presente Caderno de Encargos, o Concessionário deve colaborar na preservação do ambiente e no asseio, limpeza, higiene, salubridade e manutenção dos espaços públicos ocupados e confinantes com o mobiliário urbano a seu cargo.

Clausula 17.ª
Substituição e remoção

1. Incumbe ao(s) Concessionário(s) efetivar e suportar os custos inerentes a todas as substituições de mobiliário urbano instalado que se venham a mostrar necessárias, em resultado do envelhecimento, incidente, acidente ou vandalismo, de forma a colocar este em perfeito estado de funcionamento e apresentação, e no prazo razoável que for determinado pelo Concedente.

2. O mobiliário urbano a substituir deverá ser de modelo idêntico ao existente, apenas no caso do modelo se encontrar descontinuado se admite modelo distinto mas de qualidade similar ou superior, sujeito a aprovação do Concedente.

3. Incumbe, ainda, ao(s) Concessionário(s) efetivar e suportar os custos inerentes a todas as remoções de mobiliário urbano instalado, que se venham a mostrar desnecessários, na sequência da alteração de percurso de transportes públicos ou de intervenção em espaço público, em prazo razoável determinado pelo Concedente.

4. Sempre que o mobiliário urbano seja removido no local onde se encontra, o concessionário fica obrigado a repor a situação existente no local tal como se encontrava antes da instalação do mesmo.

Cláusula 18.ª
Espaços de difusão destinados ao Município

1. As mensagens relativas à atividade do Município ou apoiadas por este são afixadas ou inscritas e localizadas em suportes e locais exclusivos para o efeito.

2. Os suportes exclusivos, no âmbito da presente Concessão, abrangem os seguintes suportes:

a) MUPI – Algumas unidades destes suportes publicitários ficam reservadas para a difusão de mensagens relativas a atividade do Município ou apoiadas por este. As quantidades de unidades serão acordadas com o Concedente.

b) MUPI Digital Interativo / Painel eletrónico, da totalidade do tempo afeto a conteúdo publicitário a difundir em cada suporte, será afeto a difusão e mensagens relativas à atividade do Município ou apoiadas por este, de forma intercalada, entre 50% do tempo/hora, nos termos que este entenda adequados e pelos quais será responsável.

3. Os locais exclusivos preferenciais, para a difusão de mensagens relativas a atividade do Município ou apoiadas por este detém prioridade e são locais privilegiados/chave ou estratégicos, sendo que:

a) MUPI, a localização destes é aferida aquando da aprovação dos projetos de ocupação;

b) MUPI Digitais Interativos, localização destes é aferida aquando da aprovação dos projetos de ocupação.

4. A entidade Concedente, relativamente a toda e qualquer informação municipal que afixe nos espaços para esse efeito reservados no mobiliário urbano, pode fazer *sponsor*.

5. Entende-se por *sponsor* a indicação de um ou vários patrocinadores, sem mensagem publicitária associada, quando a altura das letras e/ou dos objetos representados não ultrapasse, no seu todo, o equivalente a 15% da altura do

respetivo dispositivo de suporte da mensagem publicitária.

6. O(s) Concessionário(s) fica(m) ainda obrigado(s) a assegurar a produção e colocação, anual, de 35 mapas informativos, com impressão a 4/0 cores e proteção UV, ou publicidade institucional, e ainda 41 impressões a 5 cores de campanhas institucionais até ao máximo de 5 campanhas, conforme *layout* a fornecer pelo Concedente, e nas dimensões adequadas ao suporte publicitário MUPI.

Cláusula 19.ª
Acompanhamento do serviço

1. Deverá ser elaborado e entregue, trimestralmente, ao Concedente um Relatório de Execução do Contrato.

2. Deverá ser elaborado e entregue ao Concedente um Plano de Manutenção, com periodicidade semestral, do qual deve constar a toda a informação tida por conveniente pelo Concessionário ou posteriormente requerida pelo Concedente.

3. O Concessionário deverá apresentar ao Concedente um relatório técnico, de dois em dois anos, referente ao Inquérito de Satisfação direcionado essencialmente à manutenção e limpeza do mobiliário urbano:

a) **Trimestralmente** - Relatório de Execução do Contrato, em termos quantitativos e qualitativos, do qual devem constar todos Mapa de Localização do Mobiliário Urbano, em formato shapefile, com a respetiva georreferênciação pelo sistema de referência de coordenadas: EPSG: 3763, ETRS89 / Portugal TM06 e com a identificação / numeração de cadastro, devidamente acompanhado da Tabela da Base de Dados, com informação, referente ao mobiliário urbano, e fotografias do mobiliário urbano à data de elaboração do relatório.

b) **Semestralmente**, Plano de Manutenção, atualizado e revisto;

5. A apresentação dos relatórios referidos no número anterior, deverá ser entregue até ao 5.º dia útil do mês seguinte ao trimestre/semestre, para cada ano de vigência do contrato.

6. O Concedente poderá ainda solicitar outros relatórios adicionais que visem uma melhor caracterização e compreensão da execução da Concessão.

Lista de Anexos ao Caderno de Encargos

1 - Código de Exploração.

2 – Plantas de Localização.

ANEXO I

CÒDIGO DE EXPLORAÇÃO

(Nos termos do artigo 44.º - do Código dos Contratos Públicos)

CAPITULO I
DISPOSICÕES GERAIS

Artigo 1.º
Objeto

1 - O código de exploração, elaborado ao abrigo do disposto no artigo 44.º do Código dos Contratos Públicos, integra o Caderno de Encargos relativo ao procedimento de Concurso Público de a atribuição da Concessão de direitos exclusivos de exploração de mobiliário urbano ou de ocupação do espaço público para afixação, inscrição ou difusão de mensagens publicitárias.

2 - O presente código de exploração contém os direitos e as obrigações das partes relativas à exploração, bem como as normas de exploração estabelecidas também no interesse dos utilizadores do serviço a explorar.

Artigo 2.º
Prazos da Concessão

O contrato de Concessão tem como início de vigência o dia útil imediatamente seguinte ao da sua celebração, por um período de 15 anos.

CAPITULO II
DIREITOS E OBRIGAÇÕES

Artigo 3.º
Obrigações gerais do Concessionário

1. Sem prejuízo das obrigações especialmente previstas na lei e no Caderno de Encargos, constituem obrigações do Concessionário, designadamente:

a) Desenvolver as atividades decorrentes da Concessão e assegurar a sua continuidade;

b) Efetuar a expensas suas, a aquisição, montagem e instalação, reparação, alteração, substituição, deslocação e remoção, assim como a limpeza, manutenção, conservação, beneficiação e melhoria de todo o mobiliário urbano objeto da Concessão, respeitando os termos constantes do presente Código de Exploração;

c) Cumprir, nos termos do presente, a requalificação e valorização

da paisagem urbana do Município de Silves;

d) Manter os bens a criar, construir, adquirir ou instalar pelo Concessionário e o espaço de domínio público a ocupar e afetos à Concessão, em perfeito estado de funcionamento, apresentação, limpeza, salubridade e segurança;

e) Efetuar as intervenções que se mostrem necessárias dentro de prazo razoável fixado pelo Concedente;

f) Informar o Concedente de qualquer circunstância que possa condicionar o normal desenvolvimento das atividades concedidas;

g) Coordenar com o Operador de Transporte a colocação, nos abrigos, de informação relevante sobre o serviço de transporte público;

h) Prestar, prontamente, as informações complementares ou adicionais que lhe sejam solicitadas pelo Concedente ou por qualquer entidade por este nomeada, facultando-lhe ainda o livre acesso a todo os documentos relativos às instalações e atividades objeto da Concessão, estando ainda obrigado a prestar os esclarecimentos que lhe sejam solicitados sobre esses mesmos elementos;

i) Indemnizar, pelos danos que forem causados a terceiros, como consequência das operações, exceto quando o dano seja produzido por causas imputáveis ao Concedente;

j) Indemnizar, pelos danos que forem causados por falta de cuidado ou negligência nas vias, mobiliário urbano, sinais e instalações na via pública;

k) Pagamento de todas as remunerações devidas relativas ao pessoal e demais obrigações legais;

l) Pagamento da remuneração, dentro dos prazos estipulados, ao Concedente;

m) Qualquer variação do serviço a realizar deve ser prévia e expressamente autorizada pelo Concedente, nos termos previstos no Caderno de Encargos;

n) Colaborar nos programas de economia energética e redução de impacte ambiental nos quais o Concedente participe;

o) Efetuar o controlo da qualidade do serviço objeto da Concessão;

p) Assegurar o licenciamento junto das entidades competentes, nos termos legais vigentes, da atividade objeto da presente Concessão ou de algum modo com ele relacionado, bem como, suportar os respetivos custos;

q) Cumprir com as demais obrigações constantes do Caderno de Encargos, seus Anexos, e respetivo contrato e as previstas na lei.

2. A estrutura da nova organização será definida pelo Concessionário para responder aos requisitos da Concessão. O Concessionário deve garantir uma estrutura de pessoal, com todos os recursos humanos necessários ao desempenho das funções objeto da presente Concessão.

3. O Concessionário deve garantir o cumprimento das disposições legais ou contratuais em vigor no que se refere à qualidade dos serviços objeto da presente Concessão, designadamente as constantes do RMOEPPP (Regulamento Municipal de ocupação do espaço público publicidade e propaganda) do Município de Silves, com as alterações que possam vir a ser introduzidas.

4. Caso os equipamentos não correspondam às reais necessidades dos serviços, nomeadamente em consequência de novas exigências de qualidade, deverá o Concessionário garantir a sua beneficiação ou substituição, a fim de se manterem os níveis de qualidade dos serviços concessionados.

5. O Concessionário deve garantir a manutenção de contrato de seguro e todas as apólices obrigatórias por lei.

6. O Concessionário deve promover bianualmente um inquérito de satisfação dos utilizadores.

7. O Concedente deve ser informado com antecedência da realização dos inquéritos, validá-los e acompanhar a sua execução se julgar conveniente.

8. Sempre que o concedente não possua meios de imediatos, o concessionário fica obrigado a colaborar com o primeiro para proceder à retirada coerciva dos suportes publicitários instalados ilegalmente no concelho de Silves, quer em terrenos particulares quer em terrenos públicos.

Artigo 4.º
Direitos do Concessionário

1 - Sem prejuízo dos direitos especialmente previstos na lei e no Caderno de Encargos constituem direitos do Concessionário designadamente:

a) Explorar, em regime de exclusividade, a publicidade de natureza comercial em suportes publicitários isolados ou acoplados a abrigos de passageiros de transporte público rodoviário, no concelho de Silves, conforme o disposto no presente Caderno de Encargos.

b) Utilizar, nos termos da lei e do contrato, os bens de domínio público necessários ao desenvolvimento das atividades concedidas;

c) Não liquidação das taxas de ocupação de espaço público e de publicidade;

d) Propor todas as alterações que considerar adequadas para uma melhor exploração do serviço;

e) Obter o apoio do Concedente para o exercício dos direitos objeto da Concessão;

f) Arrecadar a receita proveniente dos contratos de exploração de publicidade comercial.

Artigo 5.º
Obrigações do Concedente

1 - Sem prejuízo das obrigações especialmente previstas na lei e no Caderno de Encargos, constituem obrigações do Concedente, designadamente:

a) Decidir sobre as alterações propostas pelo Concessionário, nomeadamente as que respeitem ao aumento das quantidades, até 10% de suportes publicitários, durante todo o prazo da Concessão;

b) Informar o Concessionário de todos os assuntos relevantes para a execução da Concessão.

Artigo 6.º
Direitos do Concedente

1 - Sem prejuízo dos direitos especialmente previstos na lei e no Caderno de Encargos, constituem direitos do Concedente, designadamente:

a) Ordenar as modificações do serviço que o interesse público aconselhe, nomeadamente a variação na quantidade dos abrigos, até 10% durante a todo o prazo de Concessão;

b) Fiscalizar a gestão do Concessionário, podendo para o efeito inspecionar o serviço, as suas obras, instalações, locais, sistema informático, documentação relacionada com o objeto da Concessão e proferir as ordens para manter ou restabelecer a devida prestação;

c) Fiscalizar a qualidade do serviço prestado, nomeadamente as condições de higiene e segurança, limpeza e manutenção do mobiliário urbano;

d) Assumir temporariamente a execução direta do serviço, nos casos em que o Concessionário não o prestar ou não o puder prestar por circunstâncias imputáveis ou não ao mesmo;

e) Impor ao Concessionário as correções pertinentes em razão das infrações que cometer;

f) Resgatar a Concessão;

g) Receber a remuneração, a entregar pelo(s) Concessionário(s) nos

termos definidos no Caderno de Encargos;

h) Aplicar ao Concessionário as sanções previstas na cláusula 55..ª do Caderno de Encargos, pelas infrações aí elencadas;

i) Quaisquer outros que resultem da lei e do presente Caderno de Encargos e respectivos Anexos.

Artigo 7.º
Direitos dos utilizadores

1- Sem prejuízo dos direitos especialmente previstos na lei e no Caderno de Encargos, constituem direitos dos utilizadores, designadamente:

a) A garantia do serviço de limpeza e manutenção dos abrigos;

b) A liberdade de reclamar dos atos ou omissões do Concessionário que possam prejudicar os seus direitos ou interesses legalmente protegidos;

c) Quaisquer outros que lhes sejam conferidos por lei e pelo contrato celebrado.

Artigo 8.º
Projeto de ocupação de espaço público

1. Para cada e qualquer instalação e ocupação de mobiliário urbano é de caráter obrigatório, a apresentação de projeto de ocupação de espaço público pelo Concessionário, e respetiva autorização do Concedente, com vista a aferir, de uma forma mais adequada, os parâmetros que permitam determinar as melhores soluções devidamente adaptadas às várias situações existentes.

2. O projeto de ocupação do espaço público integra, obrigatoriamente, os seguintes documentos e conteúdo, para além dos elementos de identificação do Concessionário:

a) Memória descritiva, com indicação exata do(s) local(ais) e do(s) espaço(s) público(s) a ocupar, com indicação e descrição do mobiliário urbano a instalar e as suas características e detalhes técnicos, nomeadamente: modelo, estrutura, forma, materiais a utilizar, inclui a sua textura, acabamento e cor, dimensões, tipo de iluminação, consumo de energia, áreas de publicidade e de iluminação, capacidade de mensagens publicitárias, e referência expressa ao cumprimento integral das condições fixadas no presente Caderno de Encargos e seus Anexos;

b) Estudo de integração visual ou paisagística, inclui fotografias a cores onde seja perceptível o estado original do espaço objeto da intervenção e documentação gráfica simplificada que minimamente caracterize o impacte da instalação que se pretende efetuar, e, que

abranja mais de uma perspetiva para caracterização do seu enquadramento;

c) Planta de localização, à escala adequada à zona respeitante, com indicação exata do local previsto ocupar;

d) Projeto-tipo, descrição gráfica do mobiliário urbano, através de plantas, cortes e alçados, à escala não inferior 1:50, com execução de pormenores-tipo, bem como da forma, iluminação, dimensão, materiais e cores

e) Termo de responsabilidade técnica, quando se trate de anúncio luminoso ou iluminado, ou eletrónico ou cujas estruturas se pretendam instalar acima de 4,00 m do solo;

f) Parecer das entidades competentes, quando legal e regulamentarmente exigível, designadamente no que refere a servidões e restrições de utilidade pública.

3. O projeto deve ser entregue, em formato digital, sendo o projeto-tipo em formato shapefile, devendo estar devidamente georreferenciado pelo sistema de referência de coordenadas: EPSG: 3763, ETRS89 / Portugal TM06 e o mobiliário urbano com identificação / numeração de cadastro.

4. O projeto deve salvaguardar, o Regulamento, nomeadamente no que refere à:

a) Segurança de pessoas e bens;

b) Preservação e valorização dos espaços públicos;

c) Preservação e valorização dos sistemas de vistas;

d) Valores históricos e patrimoniais;

e) Preservação e valorização das áreas verdes.

5. O projeto deve salvaguardar os critérios dispostos aqui e no Regulamento que visam a adequação da localização e instalação dos diferentes tipos de suporte publicitários e ocupação do espaço público, relativamente à imagem e ao ambiente urbano circundante, numa perspetiva de qualificação e valorização do espaço, em pleno respeito pelas componentes ambientais, paisagísticas e urbanísticas.

6. Durante a vigência do contrato, para restruturação, inovação e substituição, poderá ser elegível a ocupação de outros locais, mediante apresentação de projectos, os quais têm de ser aprovados pelo Concedente.

Artigo 9.º
Prazos

1. A apresentação dos projetos de ocupação de espaço público, a que se refere o artigo anterior, deverá ser efetuada, até 20 dias a contar do início da Concessão.

2. O prazo para o fornecimento e instalação do mobiliário urbano, inicia-se a partir da data da aprovação pelo Concedente dos projetos de ocupação de espaço público, e não pode ultrapassar o prazo total máximo de 90 dias.
3. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o prazo para o fornecimento e instalação do mobiliário urbano, é o constante da proposta apresentada pelo Concessionário.
4. A limpeza do mobiliário urbano deverá ser efetuada tantas vezes quantas as necessárias ou por solicitação do Concedente.
5. A conservação e manutenção do mobiliário urbano, sem prejuízo dos restantes números desta cláusula, deverão ser asseguradas pelo menos uma vez por ano.
6. Sem prejuízo do número anterior, as intervenções que se mostrem necessárias, como vidros partidos ou fontes de luz dos suportes publicitários ou outras, deverão ser realizadas dentro de prazo razoável até ao máximo de 3 dias após a identificação da ocorrência.
7. A deslocação, substituição e remoção de mobiliário urbano deverá realizar-se no prazo de 15 (quinze) dias após a respetiva solicitação.
8. O Concessionário, perante situações que ponham em causa a segurança de pessoas e bens, deverá assegurar com a maior brevidade a reposição das normais condições do mobiliário urbano.
9. Todos os prazos de emissão, pelo Concedente, de autorizações ou aprovações contam-se nos termos indicados no Caderno de Encargos.

Artigo 10.º
Ónus de requalificação e valorização da paisagem urbana

1. Compete ao Concessionário o ónus de garantir o estudo, conceção, execução, fornecimento e demais trabalhos inerentes ao tratamento do espaço, bem como da impressão e instalação de lona ou tela sem fim publicitário, com o objetivo de requalificar e valorizar a paisagem urbana e garantir a higiene e segurança, na cidade, com vista a aferir, de uma forma mais adequada, os parâmetros que permitam determinar as melhores soluções devidamente adaptadas às várias situações existentes, sujeito a aprovação do Concedente.

2. Os restantes espaços de domínio público referidos no número anterior compreendem as seguintes condições:
   a) Vazio urbano, em caso de ruína ou demolição de edificação;
   b) Frente urbana ou fachada ou empena de edifício degradado ou

não concluído;

c) Inserido na Cidade de Silves com incidência no centro histórico.

3. O Concessionário deve garantir a segurança de pessoas e bens, assim como a limpeza do espaço afeto à instalação.

4. As telas ou lonas devem apresentar boa qualidade gráfica e de apresentação, sendo que o seu conteúdo admite a reprodução ou réplica de fachada, ou obra de artista, de preferência Silvense ou da região de Silves, a aprovar pela Câmara Municipal de Silves.

7. O Concessionário garante a manutenção e bom estado de conservação de todo o material e equipamento aplicado, incluindo estrutura, iluminação, e telas, desde a sua instalação até ao termo do prazo da Concessão ou até à alteração da necessidade de requalificação, expressa pelo Concedente.

8. O Concessionário deve apresentar a proposta de requalificação e valorização da paisagem urbana através de projeto de ocupação do espaço público, conforme o disposto no Caderno de Encargos e seus Anexos, sujeito a aprovação do Concedente.

Artigo 11.º
Instalação

1. O Concessionário obriga-se a instalar o mobiliário urbano objeto deste contrato com as características e especificações previstas na sua proposta, bem como no Caderno de Encargos e seus Anexos.

2. O mobiliário urbano deve ser instalado em perfeitas condições de ser utilizado para os fins a que se destina.

3. A montagem inclui os trabalhos preparatórios, de aquisição, fixação e instalação do mobiliário, tudo nas condições e especificações indicadas no projeto de ocupação aprovado, incluindo todos os acessórios, materiais e trabalhos necessários à sua boa execução.

4. Na instalação prevêem-se os seguintes trabalhos:

a) Montagem de meios de acesso a todos os lugares necessários à execução dos trabalhos;

b) Escavação em terreno de qualquer natureza para execução da fundação de fixação dos elementos de suporte do mobiliário;

c) Colocação e fixação da estrutura na fundação através de betonagem, nos casos necessários;

d) Execução dos remates de pavimento reaproveitando as peças de pavimento removido para a execução dos trabalhos;

e) Reparação dos eventuais danos no espaço público causados durante a execução dos trabalhos;

f) Reposição dos pavimentos e acabamentos removidos pela fixação do mobiliário;

g) Limpeza e consolidação dos lugares a afixar o mobiliário.

5. No que respeita às técnicas construtivas a adotar, fica o Concessionário obrigado a seguir no que seja aplicável aos trabalhos a realizar, as normas portuguesas, as especificações e documentos de homologação de organismos oficiais e as instruções de fabricantes ou entidades detentoras de patentes.

6. O Concessionário deve garantir as condições de acessibilidade no espaço público e a integridade e continuidade da rede de percursos pedonais acessíveis, nos termos da legislação vigente aplicável, nomeadamente:

a) Zonas livres para acesso e permanência, zonas de manobra necessárias a mudanças de direção, assim como o alcance das pessoas, nomeadamente os com mobilidade condicionada, aos objetos e informação, com as dimensões que o satisfaça, e de forma segura e confortável;

b) Um canal de circulação contínuo e desimpedido de obstruções, com uma largura não inferior a 1,2 m, medida ao nível do pavimento e uma altura não inferior a 2,0 m nos espaços encerrados e 2,4 m em espaços não encerrados;

c) Assegurar a drenagem das águas pluviais, através de disposições técnicas e construtivas que garantam o rápido escoamento e a secagem dos pavimentos;

d) O pavimento deve ter uma superfície estável, durável, firme e contínua e apresentar uma inclinação regulamentar;

e) Proporcionar a legibilidade do espaço, através da adopção de elementos e texturas de pavimento que forneçam, nomeadamente às pessoas com deficiência da visão, a indicação dos percursos acessíveis;

f) Os comandos e controlos ou outros elementos similares devem estar situados de forma ao fácil alcance e utilização e de modo que exista uma zona livre para operação que satisfaça as condições das zonas de permanência;

g) Assegurar a legibilidade da sinalização, informação e orientação.

7. A localização e a colocação do mobiliário urbano devem respeitar, os seguintes critérios:

a) Zonas com condições de segurança para os utilizadores e cidadãos;

b) Zonas de fácil acesso, evitando-se, nomeadamente, becos, passagens estreitas, curvas e ruas de grande pendente, que originem constrangimentos e coloquem em perigo a segurança dos trabalhadores do Concessionário e Concedente e dos cidadãos;

c) Evitar a obstrução ou prejuízo da visibilidade de peões e condutores, nomeadamente através da colocação junto a passagens de peões, de ciclovias, áreas de operações de carga e descarga ou recolha e largada de passageiros, lugares de estacionamento, cruzamentos, saídas de garagem, acessos a prédios e a equipamentos de utilização pública (escolas, hospitais, quartéis e outros).

8. A instalação elétrica do mobiliário urbano, assim como de outras infraestruturas, não deverá ser visível do exterior, e deverá ser efetuada em conformidade com a legislação e regulamentação em vigor, devendo dispor de interruptor diferencial de alta sensibilidade e corte omnipolar, proteção magneto-térmica, tomada de terra individual por placa e cablagem anti-humidade, através de um sistema estanque, acessível unicamente através de ferramenta própria.

9. As instalações elétricas devem obedecer ao exposto nas Regras Técnicas das Instalações Eléctricas de Baixa Tensão, Decreto-Lei n.º 226/2005 de 28 de Dezembro e Portaria n.º 949-A/2006 de 11 de Dezembro.

10. O fornecimento de energia eléctrica deve ser executado a partir da rede de distribuição de energia, sendo que para o efeito, o sistema deve ser dotado de infraestruturas que permitam a instalação de contadores de energia eléctrica, cujos encargos de energia ficarão a cargo do Concessionário, a exceção dos encargos do fornecimento nos abrigos de passageiros, que são do Concedente.

11. A instalação elétrica do mobiliário deve assegurar o não conflito com infraestruturas instaladas.

12. As instalações ficam sujeitas à verificação por parte do Concedente, com vista a verificar se os mesmos correspondem ao solicitado e se reúnem as características, especificações e requisitos definidos no Caderno de Encargos e na proposta concessionada/adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.

Artigo 12.º
Limpeza, manutenção, conservação e beneficiação

1. O Concessionário deve, durante todo o período contratual e respeitando os prazos previstos para o efeito na sua proposta:

a) Manter os elementos do mobiliário urbano a seu cargo, em perfeitas condições de segurança, operacionalidade, funcionamento, conservação, manutenção e limpeza e nas melhores condições de apresentação;

b) Assegurar a remoção de resíduos decorrentes da lavagem e manutenção do mobiliário, assim como o uso responsável dos recursos;

c) O(s) Concessionário(s) deve(m) proceder, com a periodicidade e prontidão adequadas e sempre que solicitado pelo Concedente, à realização de obras de conservação no mobiliário urbano, sendo necessária, caso ocorra alteração das condições estabelecidas, sujeita a autorização do Concedente;

d) Substituir, por motivos de degradação e de segurança, ou a pedido da entidade Concedente, os equipamentos que não sejam possíveis recuperar;

e) Relocalizar, por motivos de reordenamento do espaço público, a pedido da entidade Concedente, o equipamento que se afigure necessário.

2. Sem prejuízo do disposto no presente Caderno de Encargos, o Concessionário deve colaborar na preservação do ambiente e no asseio, limpeza, higiene, salubridade e manutenção dos espaços públicos ocupados e confinantes com o mobiliário urbano a seu cargo.

Artigo 13.º
Substituição e remoção

1. Incumbe ao Concessionário efetivar e suportar os custos inerentes a todas as substituições de mobiliário urbano instalado que se venham a mostrar necessárias, em resultado do envelhecimento, incidente, acidente ou vandalismo, de forma a colocar este em perfeito estado de funcionamento e apresentação, e no prazo razoável que for determinado pelo Concedente.

2. O mobiliário urbano a substituir deverá ser de modelo idêntico ao existente, apenas no caso do modelo se encontrar descontinuado se admite modelo distinto mas de qualidade similar ou superior, sujeito a aprovação do Concedente.

3. Incumbe, ainda, ao(s) Concessionário(s) efetivar e suportar os custos inerentes a todas as remoções de mobiliário urbano instalado, que se venham a mostrar desnecessários, na sequência da alteração de percurso de transportes públicos ou de intervenção em espaço público, em prazo razoável determinado pelo Concedente.

4. Sempre que o mobiliário urbano seja removido no local onde se encontra, o concessionário fica obrigado a repor a situação existente no local tal como se encontrava antes da instalação do mesmo.

CAPITULO III
DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 14.º
Sanções

O incumprimento de qualquer das cláusulas contratuais determinará a aplicação das sanções pecuniárias previamente definidas e, quando tal se justifique, a resolução do contrato de Concessão, nos termos previstos na lei, no Caderno de Encargos e seus Anexos.

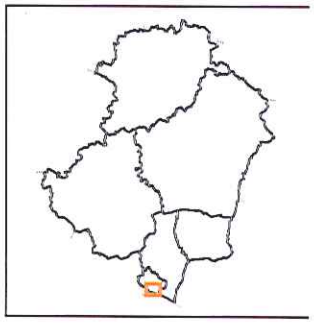
A Presidente da Câmara Municipal

Rosa Cristina Gonçalves da Palma

ANEXO II

PLANTAS





Armação de Pêra

Toponímia

Lugar

0 40 80 160

Metros

Silves

DOGU - Ordenamento, 2021





TUNES

Toponímia

Lugar

0 25 50 100

Metros

Silves

DOGU - Ordenamento, 2021





Silves

Toponímia

Lugar

0 50 100 200

Metros

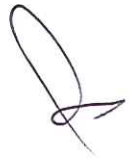
Silves

DOGU - Ordenamento, 2021





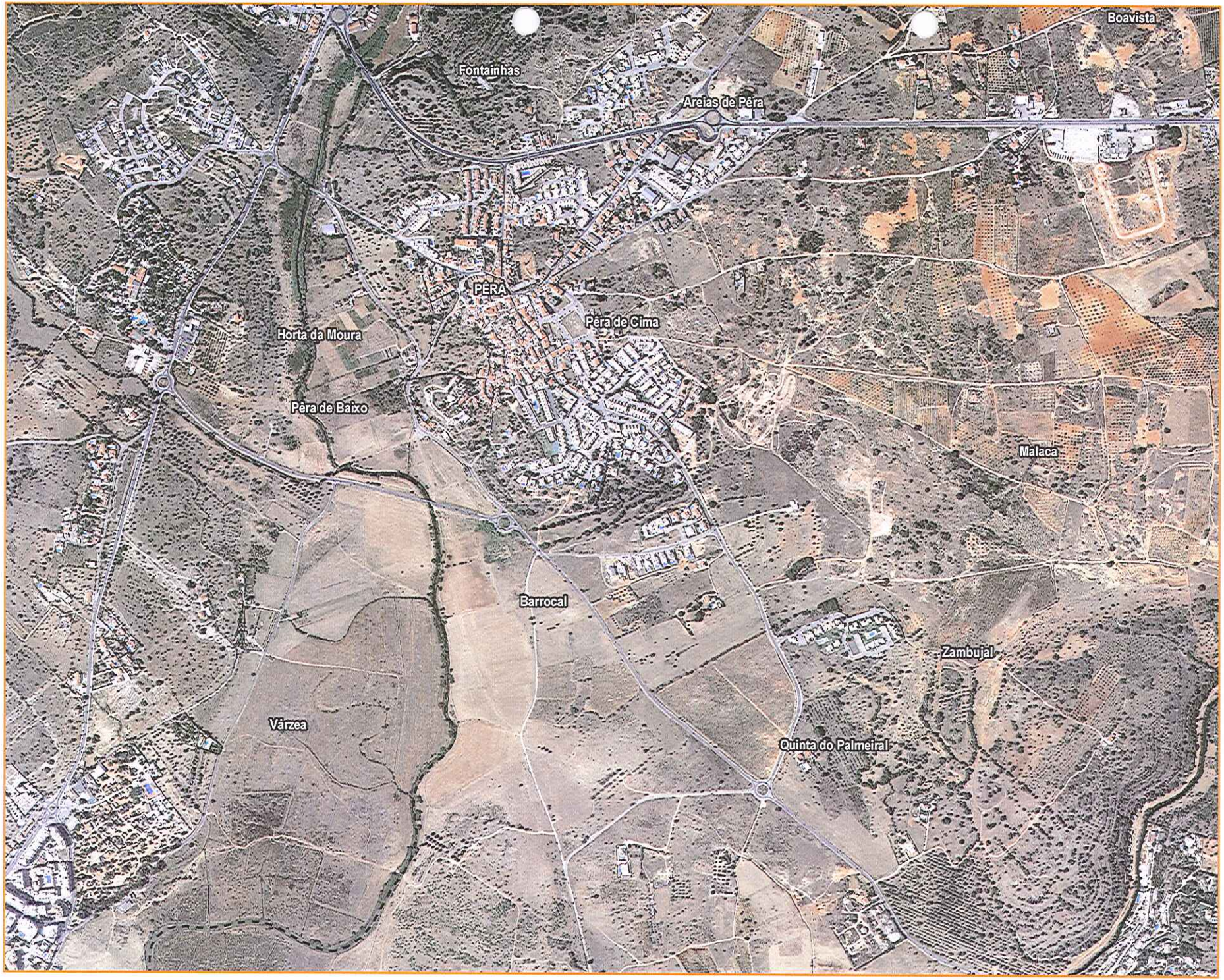
Lugar

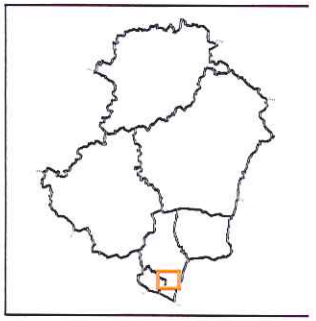


0 35 70 140
Metros

Silves

DOGU - Ordenamento, 2021



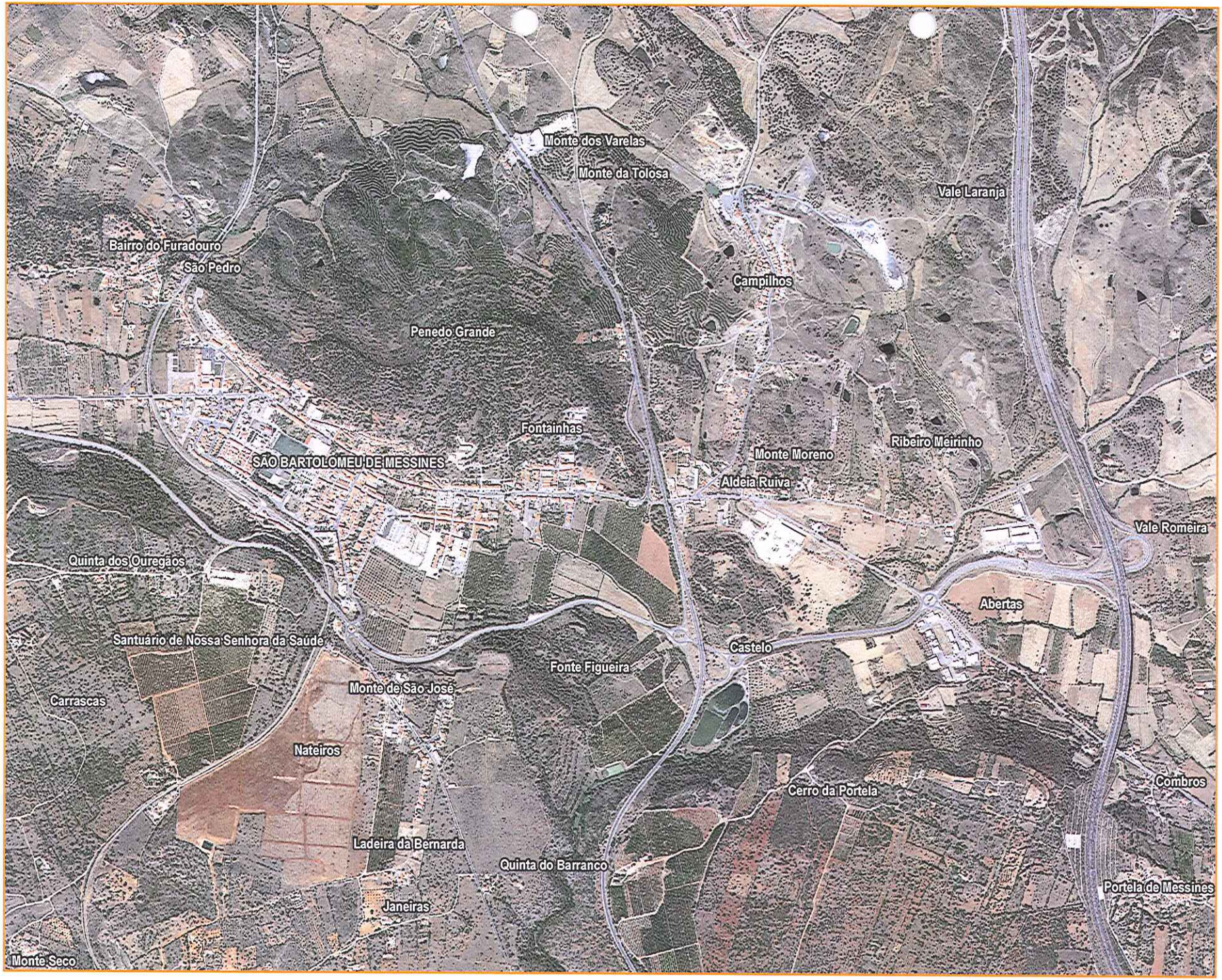


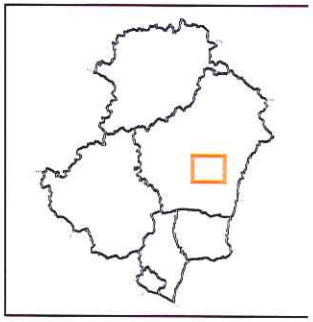
Lugar

0 62,5 125 250
Metros

Silves

DOGU - Ordenamento, 2021





Toponímia

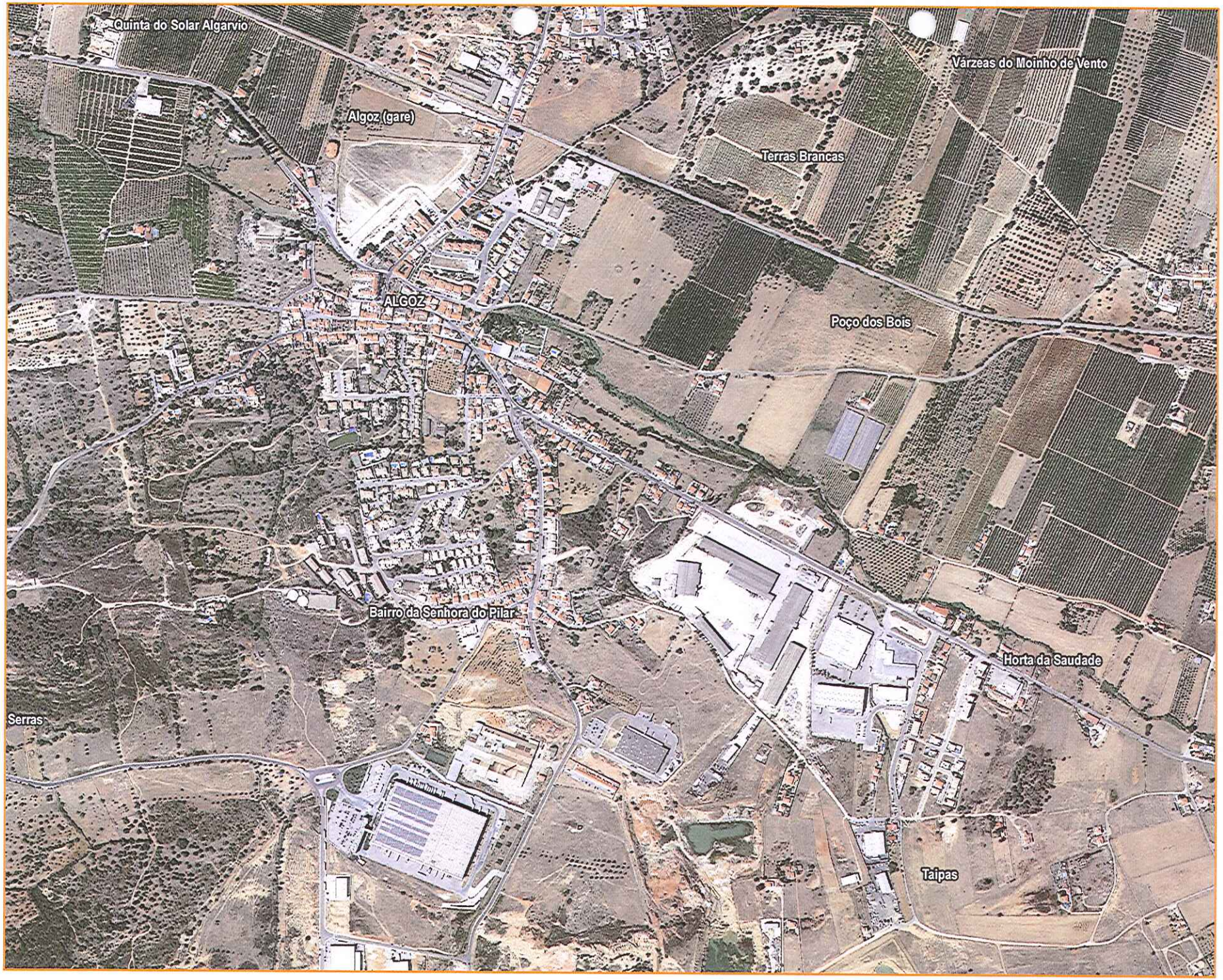
Lugar

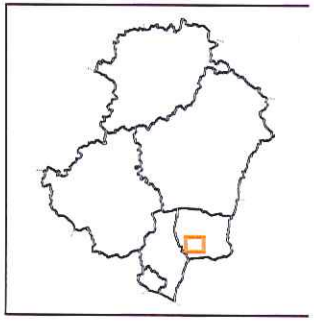
0 95 190 380

Metros

Silves

DOGU - Ordenamento, 2021





Toponímia

Lugar

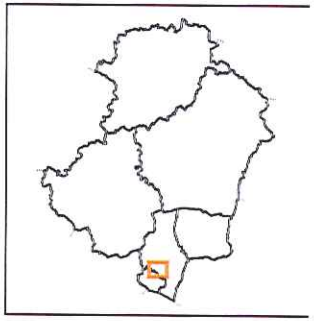
0 50 100 200

Metros

Silves

DOGU - Ordenamento, 2021





Toponímia

Lugar

0 50 100 200

Metros

Silves

DOGU - Ordenamento, 2021